

*A Felicidade auto-percebida da população com 65 ou
mais anos em Portugal Continental. Elementos para uma
caracterização sociológica a partir do European Social Survey
(2002 e 2014)*

Anabela Mendes Lopes da Mina Domingos

Orientador: Professor Doutor Fernando Humberto Serra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Sociologia

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram na concretização deste trabalho, principalmente ao Professor Doutor Fernando Humberto Serra pela sua orientação, sugestões, compreensão e disponibilidade.

“O que fala semeia o que escuta recolhe”

Pitágoras

Resumo

A população idosa está em acelerado processo de envelhecimento demográfico e é muitas vezes apontada como frágil e doente, pouco ou nada produtiva o que provocará num futuro próximo alguma debilidade socioeconómica nas sociedades modernas. Estudos anteriores apontam para uma população com baixo grau de felicidade quando comparada com outras mais novas. Nota-se em todo o mundo uma crescente inquietação com a felicidade das populações o que nos levou a querer conhecer melhor esta população em particular. Caracterizamo-la relativamente à felicidade sentida em dois anos distintos, 2002 e 2014 e analisamos como e em que medida variou o seu grau de felicidade em função de um conjunto de indicadores sociodemográficos e a sua relação com a satisfação com a vida, bem-estar e qualidade de vida. Para a realização deste trabalho baseamo-nos nos dados do *European Social Survey (ESS)*, um projecto de investigação do qual Portugal é membro fundador que tem por objectivo estudar as atitudes e valores sociais e políticos dos europeus. A recolha dos dados foi operacionalizada em cinco regiões do país (NUTSII) onde foram aplicados questionários à população residente com idade a partir dos 15 anos. A nossa amostra foi formada a partir da amostra total do *ESS* de onde retiramos todos os indivíduos com 65 ou mais anos de idade. Concluímos que os idosos que integraram este estudo auto-percepcionaram uma felicidade média moderada. Os inquiridos que fizeram parte do grupo dos mais novos (65/75 anos) sentiram mais felicidade que os mais velhos (≥ 76 anos), assim como os homens em relação às mulheres. Também se apresentaram como mais felizes os idosos mais escolarizados, os casados ou que viviam acompanhados, os que declaram ter uma saúde geral boa e sem sofrer de limitações físicas, mentais/psicológicas, assim como os que afirmaram ter um rendimento que lhes permitia viver confortavelmente.

Palavras Chave: Felicidade; População idosa; Satisfação com a vida; Bem-estar; Qualidade de vida; Indicadores sociodemográficos.

Abstract

The elderly population is in an accelerated demographic aging process and is often referred as fragile and ill, unproductive, which will in the near future cause some socioeconomic weakness in modern societies. Previous studies point to a population with a low degree of happiness when compared to other younger ones. There is a growing concern with the happiness of the populations around the world, which led us to want to know more about this particular population. We characterized it in terms of the happiness experienced in two distinct years, 2002 and 2014, and analyzed how and to what extent its degree of happiness varied according to a set of sociodemographic indicators and its relation with satisfaction with life, well-being and quality of life. To carry out this work we are based on data from the European Social Survey (ESS), a research project of which Portugal is a founding member whose objective is to study the social and political attitudes and values of Europeans. Data collection was carried out in five regions of the country (NUTSII), where questionnaires were applied to the resident population aged 15 and over. Our sample was formed from the total ESS sample from which all individuals 65 years of age or older were removed. We conclude that the elderly in this study self-perceived a moderate average happiness. Respondents in the younger group (65/75) felt more happy than older people (≥ 76 years), as did men in relation to women. Also the happiest were those who were more educated, married or accompanied, who declared themselves to be in good general health and not suffering from physical, mental / psychological limitations, as well as those who stated that they had an income that allowed them to live comfortably.

Key words: Happiness; Elderly population; Satisfaction with life; Well-being; Quality of life; Sociodemographic indicators.

Índice

Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	7
PARTE I – Enquadramento teórico	11
CAPÍTULO I – Caracterização da felicidade e suas dimensões sociológicas	11
1. A felicidade na perspectiva sociológica	11
2. A felicidade e os indicadores sociais de bem-estar, satisfação com a vida e qualidade de vida na vertente da saúde.....	15
2.1 A felicidade e a satisfação com a vida	16
2.2 A felicidade e a qualidade de vida (saúde)	18
2.3 A felicidade e o bem-estar.....	21
3. A felicidade pública.....	22
CAPÍTULO II – Caracterização do envelhecimento sociodemográfico	26
1. Consequências sociais do envelhecimento demográfico.....	26
2. Efeitos da crise na felicidade dos mais velhos.....	30
PARTE II - Opções metodológicas	32
CAPÍTULO III - Contextualização do estudo com base no ESS.....	32
1. Descrição e procedimentos metodológicos do ESS	32
2. Questão de investigação e objectivos:	34
2.1 Questão de investigação	34
2.2 Objectivo geral.....	34
2.3 Objectivo específicos	34
3. Procedimentos estatísticos	35
CAPÍTULO IV – Apresentação dos dados e discussão dos resultados	36
1. Caracterização da amostra quanto à felicidade e idade, sexo, escolaridade e estado civil	36
2. Felicidade e Variáveis sociodemográficas	36

2.1 Felicidade e Idade	36
2.2 Felicidade e Sexo.....	37
2.3 Felicidade e Escolaridade	38
2.4 Felicidade e Estado civil	39
2.5 Felicidade por Região (NUTSII)	39
2.6 Felicidade e Rede Familiar e Social.....	42
2.6.1 Felicidade e Rede Familiar.....	40
2.6.2 Felicidade e Sociabilidade.....	40
2.7 Felicidade e Religiosidade	42
2.7.1 Felicidade e Religiosidade.....	43
2.7.2 Felicidade e Grau de religiosidade.....	43
2.8 Felicidade e Rendimento.....	43
3. Felicidade e Indicadores sociais.....	44
3.1 Felicidade e Satisfação com a vida	44
3.2 Felicidade e Qualidade de vida (Saúde)	46
3.2.1 Felicidade e Saúde geral por grupos etários.....	46
3.2.2 Felicidade e Limitações físicas, mentais ou psiquiátricos	47
3.3 Felicidade e Bem-estar.....	47
CAPÍTULO V – Conclusões.....	49
1. A felicidade dos mais velhos.....	49
2. Propostas de investigação futuras	53
Bibliografia	54
Anexos	56
Apêndice I	57
Tabelas de médias.....	57
Apêndice II	70
Links dos questionários do European Social Survey, 2002/2014 (ronda 1 e 7)	60

Introdução

Em 2002 iniciou-se, na Europa, um projecto de investigação, o *ESS (European Social Survey)*¹, no qual Portugal participa desde a primeira ronda, que se realizou nesse mesmo ano. O projecto, neste momento, já conta com oito rondas (a última realizou-se em 2016/2017)² nas quais a dimensão da felicidade é abordada conjuntamente com outras, como a satisfação com a vida, a qualidade de vida e o bem-estar. No decorrer desta investigação, da qual fui entrevistadora, apercebi-me durante a aplicação dos questionários³, que alguns idosos tendiam a demonstrar uma certa preocupação com a vida e com as suas condições sociais e económicas, atribuindo baixos valores às perguntas sobre o grau de felicidade e sobre a satisfação com a vida, contrariamente a outros idosos que evidenciavam melhores condições socioeconómicas. A comprovar esta percepção, Dantas (2015, p.314), nas suas investigações, afirma que “...os mais velhos na sociedade portuguesa, detêm menores recursos sociais e educativos e percebem maior infelicidade” sendo que “a felicidade em Portugal decresce com o aumento da idade e os mais velhos reportam menor felicidade média de que em qualquer outro ciclo de vida.”

Sabemos que a nível europeu e, especialmente em Portugal, o envelhecimento da sociedade está a tomar proporções desmesuradas. Quem o afirma é Rosa (2012, p.27) dizendo que “Portugal é, actualmente, um dos países mais envelhecidos do espaço europeu” e que “a parcela dos idosos mais velhos (com 80 e mais anos), a «quarta idade» (como habitualmente é conhecida), tem vindo a reforçar o seu peso estatístico com o evoluir do tempo...”.

Conscientes desta diversidade de idades dentro do grupo etário da população idosa, do envelhecimento da população portuguesa cada vez mais acentuado e da dúvida que se

¹ O *European Social Survey* (ESS) é um projecto académico na área das Ciências Sociais, bienal, que conta com a participação de mais de 30 países da Europa, no qual Portugal, membro fundador, participa desde 2002 e que tem por objectivo “estudar as atitudes e valores sociais e políticos dos europeus numa perspectiva comparativa e longitudinal”. Disponível em: http://www.ess.ics.ul.pt/?page_id=2

² A oitava e última ronda de inquéritos foi aplicada em finais de 2016 e princípio de 2017. Os resultados ainda não foram divulgados oficialmente. Para conhecer o projecto consultar a página internacional do ESS em: www.europeansocialsurvey.org

³ Esta percepção apurada durante o trabalho de campo que efectuei no ESS 8ª ronda, refere-se apenas às localidades dos Concelhos de Sintra, Mafra, Cascais, onde desenvolvi o meu trabalho de campo.

delineou no decorrer da aplicação do questionário do ESS8, surgiu a ideia deste trabalho que pretende ser um contributo para um melhor conhecimento sobre a felicidade da população portuguesa com idade a partir dos 65 anos. Pareceu-nos fundamental prestar atenção a esta população e aos seus modos de vida, analisar como e em que condições vivem, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento e às relações de sociabilidade, às condições económicas e de saúde e, destacar a avaliação que fazem sobre o seu bem-estar, a sua satisfação com a vida e consequentemente como auto-percepcionam a sua própria felicidade.

A situação de crise económica e financeira que o país esteve envolvido, em particular a partir de 2011, levou-nos a questionar se as políticas de austeridade que foram induzidas pela chamada Troika⁴ e concretizadas pelo então governo de coligação centro-direita teriam tido alguma influência na felicidade da população em questão, por serem indivíduos mais vulneráveis. No entanto, por falta de tempo e devido à especificidade deste trabalho e à dimensão que uma análise profunda e exaustiva sobre a crise económica e financeira acarretaria, não pudemos contemplar no nosso trabalho essa pesquisa, deixando para o futuro uma hipótese de estudo em aberto relacionada com a questão da crise e das políticas de austeridade adoptadas e os seus impactos junto da população idosa portuguesa. Como aproximação indirecta a este problema quisemos explorar e analisar os dados disponíveis de duas rondas do ESS, na expectativa de que alguns resultados pudessem, de certo modo, apontar para os efeitos atrás indicados. (Lousada, 2016, p. 132)

Assim, tendo em conta a circunstância e esta expectativa, formulamos a seguinte questão de investigação: como e em que medida variou a felicidade auto-percepcionada da população com 65 ou mais anos de idade, em Portugal Continental⁵, em 2002 e 2014, em

⁴ “Acordo que estabelece diversas medidas no domínio da proteção social, de que é exemplo a redução de pensões e a reforma das prestações de desemprego”. “A palavra de origem russa designa um comité de três elementos constituído por representantes da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional” (Lousada, 2016, p. 6).

Para conhecer detalhadamente as medidas da SS ver estudo da FFMS, *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal*, quadro 41, p. 132, disponível em: <https://ffms.pt/FileDownload/a98e63bd-0e40-436f-926c-68e800225fd2/desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>

⁵ O ESS não contempla as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores

função de um conjunto de variáveis sociodemográficas e a sua relação com as dimensões sociais relativas à qualidade de vida, bem-estar e satisfação com a vida?

Delimitou-se o estudo a uma observação espacial e temporal nas 5 regiões do território nacional (NUTSII)⁶, nos dois anos referidos, anos estes relativos aos períodos em que foram aplicadas, respectivamente, a primeira e última ronda do *ESS* com resultados divulgados e dos quais extraímos os dados estatísticos sobre a população em questão.

Na análise da felicidade iremos levar em conta indicadores sociodemográficos como sexo; idade; região (NUTSII); escolaridade; estado civil; rede familiar e social; religiosidade; rendimentos do agregado familiar e variáveis relativas à qualidade de vida na vertente da saúde, bem-estar e satisfação com a vida.

De um ponto de vista mais específico, pretendemos estudar a felicidade da população idosa em Portugal Continental, nos dois anos em questão, analisando-os em função dos dados sociodemográficos. Pretendemos também analisar a relação entre a dimensão da felicidade e os indicadores sociais de qualidade de vida (saúde), bem-estar e satisfação com a vida, em 2002 e 2014.

Este trabalho de investigação irá estruturar-se em duas partes. A primeira parte terá dois capítulos, o primeiro reservado ao enquadramento teórico, onde iremos caracterizar a felicidade na perspectiva sociológica e relacionar o conceito com os indicadores sociais referidos. Neste capítulo também iremos abordar a felicidade pública. No segundo capítulo, vamos qualificar o envelhecimento do ponto de vista sociodemográfico, expondo as variáveis que, segundo a literatura, interferem com a felicidade da população em questão e fazer uma breve referência à crise económica que o país atravessou durante uma parte do estudo (a partir de 2008).

⁶ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 70, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. Disponível em: <http://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>

A segunda parte irá ser reservada às opções metodológicas: no terceiro capítulo explicaremos pormenorizadamente em que consiste o Projecto do *European Social Survey* e descreveremos os procedimentos de análise estatística adoptados. O quarto capítulo será dedicado à apresentação dos dados e respectiva discussão. Finalmente, no quinto capítulo, apresentaremos as conclusões gerais do estudo.

PARTE I – Enquadramento teórico

CAPÍTULO I – Caracterização da felicidade e suas dimensões sociológicas

1. A felicidade na perspectiva sociológica

Uma máxima de vida! É assim que a felicidade tem vindo a ser considerada de há uns anos para cá. Estamos numa época em que “a cultura ocidental valoriza positivamente o ideal de felicidade e admira os “felizes”, por isso, as sociedades modernas obrigam-nos a ser felizes e a demonstrá-lo - mais que não seja através da *Internet*. (Dantas, 2012, p. 15).

Os avanços das novas tecnologias criaram um universo de redes sociais que, em simultâneo com a comunicação social, permitiram a quebra da barreira da distância entre famílias separadas, amigos e até entre indivíduos que não se conhecem, pessoas de povos das mais diversas partes do globo com interesses comuns, permitindo a disseminação do culto da felicidade em que todos pretendem mostrar o quanto são ou estão felizes.

Mesmo não sendo um tema novo, foi referenciado em obras de alguns filósofos da Grécia Antiga⁷ e destacou-se ao longo do tempo na Filosofia e na Literatura, a felicidade nunca teve tanto relevo como nos últimos anos em que adquiriu uma grande visibilidade e importância, despertando nos cientistas sociais uma enorme curiosidade. Conquistou um lugar cimeiro nas várias áreas das Ciências Sociais, nomeadamente, na Economia, na Ciência Política, na Psicologia, na Psicologia Positiva e recentemente na Sociologia. (Veenhoven, 1991, p. 1). A Psicologia teve aliás um enfoque muito particular na reflexão do tema, por se considerar que a felicidade seria uma questão do foro individual. Ahmed (2008, p. 123) admitiu que “alguns modelos psicológicos descrevem a felicidade como um estado ou sentimento interior ou privado.”

⁷ Alguns filósofos gregos fizeram referência nas suas obras ao tema da felicidade tentando explicá-la, mas, Epicuro foi o que mais se destacou com a sua “Carta sobre a Felicidade” que escreveu a Meneceu dando-lhe conta de como o homem deve proceder para conquistar a felicidade. <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2015/01/epicuro-carta-sobre-a-felicidade.pdf>

A transformação que o tema gerou nas sociedades contemporâneas, levou a que os investigadores sociais afirmassem que a felicidade não é um estado que se circunscreve apenas a manifestações individuais, sendo, em grande medida, condicionado e influenciado pelo meio social envolvente. Para a Sociologia, o fenómeno não pode ser desagregado dos assuntos colectivos vividos pelas sociedades, pois a felicidade “tal como as outras emoções e sentimentos, reflecte as ideologias culturais, as crenças e normas partilhadas na sociedade e a sua expressão é por isso social e culturalmente determinada”. (Dantas, 2012, p. 5).

Mas como é que a sociologia incorpora a felicidade no seu estudo? Dantas (2012, pp. 17-19) confronta-nos com “sentimentos” e “emoções”, dois conceitos tradutores de felicidade que condicionam a “acção social”. No seu trabalho observou que, apesar dos conceitos não terem o mesmo significado, são usados indistintamente. E se, por um lado, “as emoções são a ligação necessária entre a estrutura social e a acção social”, por outro, compreender o significado dos sentimentos “é uma via para o entendimento das formas sociais em que os sentimentos são vividos” e “que à Sociologia interessa compreender os mecanismos que produzem os sentimentos”. Os dois conceitos apoiam-se mutuamente e a separação entre os dois é pouco visível.

A autora afirma que nas sociedades ocidentais actuais há uma valorização muito grande da importância da felicidade, com consequências para as expectativas dos actores sociais que orientam as suas práticas em função da sua procura. Logo, o “estudo sociológico” da felicidade “contribuirá assim para o conhecimento acerca do contexto social em que a felicidade é experimentada e em que são produzidas as suas práticas e os seus significados”, levando à “compreensão da acção social”. (Dantas, 2012, p. 11).

Na sua diversidade de atitudes, valores ou aspectos (sejam eles mais virtuosos, religiosos e éticos ou mais materiais, muitas vezes ligados ao consumismo), a felicidade abarca “diferentes significados sociais podendo ser assumida enquanto ideal, ou objectivo último, ou enquanto concepção mais hedonista”. (Dantas, 2012, p. 24).

O valor que a felicidade adquiriu na vida das pessoas levou a que os investigadores se dedicassem à produção de inúmeros estudos e trabalhos científicos, preocupando-se em desmistificar o conceito à luz das suas teorias. Na Sociologia em particular, tem vindo a provar-se que a felicidade não é apenas “uma forma de sentir que remete para a expressão individual de um estado afectivo e emocional”, já que existem “grupos sociais que manifestam essas formas de sentir de maneira semelhante”, sendo estas o “produto de uma construção social”. (Dantas, 2012, p. 16).

Dantas (2012, p. 11) sustenta que o estudo do conceito deve ser ampliado à Sociologia, às sociedades e aos seus “actores”, afirmando que a felicidade “assume uma dimensão de acção colectiva”, constituindo-se num “problema social na medida em que surgem indicadores de que ela é central na vida” dos indivíduos e que, portanto, é “um problema passível de análise” sociológica. Afirma também que este “fenómeno da realidade social” e o “reconhecimento da sua relevância temática” transforma-o claramente “num objecto da Sociologia.”

A autora revela que existem estudos que apontam as sociedades como influenciadoras da percepção da felicidade. Para Ahmed “a felicidade é uma promessa que direcciona e condiciona as escolhas individuais, pois contém a expectativa de transformação e melhoria do existente e é sentida como uma recompensa pelo cumprimento de ideais sociais, ou seja, pela adequação à imagem social, a um papel socialmente reconhecido”. (citado em Dantas, 2015)

Por outro lado, a noção de felicidade está também associada a acontecimentos alegres e positivos, a condições de vida favoráveis, à satisfação de necessidades físicas, emocionais e de relação com os outros, às condições de trabalho, concretização e superação de objectivos e, claro, ao envolvimento em sociedade. Não depende só e apenas do estado de espírito que cada um sente, mas da satisfação das suas necessidades, da qualidade de vida, do bem-estar que sente, ou seja, da satisfação da vida como um todo.

Maslow (1943, pp. 370-396) defendeu através da sua teoria, que intitulou de «Pirâmide de necessidades», que a felicidade só pode ser alcançada à medida que os

indivíduos vão satisfazendo as suas necessidades. Na figura 1 podemos identificar o processo de hierarquização da satisfação das necessidades, que começa na base da pirâmide com a satisfação das necessidades básicas do ser humano, as fisiológicas, onde se incluiu a alimentação, o descanso ou o sexo. Seguem-se as necessidades de segurança como ter casa, ter saúde, segurança no trabalho e segurança monetária, depois vêm as necessidades sociais em que se salientam a satisfação com a vida familiar e rede de relações sociais. No patamar seguinte vem a satisfação das necessidades de auto-estima, a confiança e o respeito em si próprio e nos outros e, por fim, no topo da pirâmide surge a satisfação com as necessidades de auto-realização.



Figura 1- Pirâmide de Maslow

Fonte: <http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>

Dantas (2015, p. 2) conclui que o contributo que a Sociologia traz ao estudo da felicidade “situa-se na análise mais aprofundada das percepções de felicidade, ou seja, como as pessoas entendem e definem felicidade”. Estas questões são precisamente investigadas em inquéritos sociais como o ESS, onde a auto-avaliação da felicidade e da satisfação com a vida é pedida tendo em conta um conjunto de indicadores sociais e a sua variabilidade, que, condicionam e influenciam este sentimento e não tanto sobre as características genéticas, do foro individual ou a predisposição que alguns indivíduos têm para serem naturalmente mais felizes que outros.

2. A felicidade e os indicadores sociais de bem-estar (subjectivo), satisfação com a vida e qualidade de vida na vertente da saúde

Na procura das dimensões conceptuais da felicidade encontramos algumas dificuldades, na medida em que esta noção não apresenta uma definição universal ou consensual. É algo que se procura e anseia, mas nem sempre é alcançada e quando o é, os meios e os métodos empregues não são iguais para todas as pessoas porque estas não têm todas a mesma predisposição física, genética, psicológica, económica e social.

Entende-se, então, que a felicidade é um conceito que não se traduz da mesma forma para todas as pessoas. Segundo Veenhoven (1984, pp. 13-18) cada estudioso do tema tem uma definição própria do termo e nos dicionários mais conceituados existem igualmente diversos significados que o tentam explicar. Refere também que a felicidade já não está associada à virtude no sentido ético, como se pensava na antiga Grécia, nem se esgota na conquista de objectivos de vida metafísicos pensados na filosofia. Apresenta contextos de vida prazerosos de satisfação, onde se incluem vários indicadores sociais como a qualidade de vida, a saúde, o bem-estar, podendo também ser chamada de satisfação com a vida como um todo.

A definição do autor apresenta a felicidade como “o grau como um indivíduo julga favoravelmente a qualidade da sua vida como um todo ou por outras palavras: o quanto alguém gosta da vida que leva”. Declara também que o conceito apresenta uma “abrangência, como um chapéu-de-chuva, ou seja, inclui tudo o que é bom” e por isso o termo é, habitualmente, usado indiscriminadamente com outros como a satisfação com a vida ou a qualidade de vida e denotam bem-estar tanto individual como social. (Veenhoven, 2000, p. 1). Os conceitos apresentam-se como idênticos e complementam-se no que diz respeito à avaliação global que as pessoas fazem da sua vida de forma positiva e, ao longo dos anos, têm-se vindo a conhecer inúmeros estudos que os correlacionam. Pais-Ribeiro (2012, pp. 22-31) reforça que os termos são “frequentemente utilizados como sinónimos na literatura científica”.

Conclui-se, assim, que o conceito de felicidade por si só definiria. Na tentativa da sua definição é preciso ter em conta os aspectos individuais e psicológicos, mas também os contextos sociais em que o indivíduo foi sociabilizado. A felicidade vai para além dos traços de personalidade, é influenciada por contextos socioeconómicos e factores institucionais, como as condições de trabalho, as relações interpessoais, a saúde ou o direito de participação política e estes são medidos por diversos indicadores sociais, como é o caso dos que analisamos no nosso estudo, a qualidade de vida, satisfação com a vida e bem-estar. (Dantas, 2012, p. 19).

2.1 A felicidade e a satisfação com a vida

Para Veenhoven (1996, p. 7) a satisfação com a vida está interligada à qualidade das sociedades. As nações com sociedades mais igualitárias em termos de bem-estar económico, onde existe menos discriminação entre sexos e mais igualdade nos rendimentos, apresentam-se como sociedades com maior satisfação com a vida, ao contrário das nações mais pobres com maior desigualdade social, onde os eventos de vida são mais adversos e por isso “uma fonte de frustração em si mesma.”

O sociólogo afirma que não vê a “satisfação com a vida como uma mera avaliação cognitiva, mas como um julgamento global da vida que se baseia em duas fontes de informação: a comparação cognitiva com os padrões da boa vida (contentamento) e a informação afetiva de como se sente a maior parte do tempo (nível hedônico de afeto)” e distingue quatro tipos de satisfação com a vida fundamentados nessa apreciação. (Veenhoven, 1984, p. 7).

Tabela 1

Quatro tipos de satisfação com a vida

4 Tipos de satisfação	Passagem	Duradouro
Partes da vida	Satisfação instantânea Aspectos da vida agradáveis, mas passageiros como: deliciar-se com uma chávena de chá ao pequeno almoço, a satisfação de uma tarefa feita ou a contemplação de uma obra de arte. Esta categoria é denominada por palavras como “pequenos prazeres” ou “felicidade hedónica”	Satisfação dominante Apreciação de aspectos da vida duradouros como a satisfação no casamento e satisfação no trabalho. A satisfação dominante é normalmente denotada pelo termo feliz: casamento feliz, feliz com o trabalho.
	Experiências de pico A combinação de uma experiência passageira e avaliação da vida como um todo. Essa combinação ocorre tipicamente em experiências de pico que envolvem sentimentos de curta duração, mas bastante intensos e a percepção da totalidade.	Felicidade Satisfação com a vida. Combinação de satisfação duradoura com a vida como um todo. A Felicidade, um sinónimo de satisfação com a vida, é a soma dos prazeres e dores, que revelam um equilíbrio ao longo do tempo e, portanto, uma condição duradoura.

Nota. Adaptação e tradução própria de: *Comparability of Happiness Across Nations*, 2007, p.19 - Ruut Veenhoven

Analisando a *Tab. 1* podemos observar que para o autor, a satisfação com a vida traduz-se em quatro contextos. Em «partes da vida» existem situações passageiras, que provocam «Satisfação instantânea» e situações duradouras, onde predomina uma «Satisfação dominante». Por outro lado, quando pensamos na vida como um todo, experimentamos «Experiências de pico», relacionadas com as situações passageiras e «Felicidade» relacionada com as situações duradouras. Segundo Veenhoven (2007, p. 3), a satisfação com a vida é uma temática muito abordada na sociologia do envelhecimento enquanto que o bem-estar subjectivo, do qual esta é um indicador, tornou-se num conceito estudado pela “sociologia comparada e na pesquisa de indicadores sociais.”

2.2 A felicidade e a qualidade de vida (saúde)

Apesar da qualidade de vida das populações ter melhorado significativamente ao longo dos anos, assim como as condições económicas e a satisfação das necessidades básicas, não significou, segundo Dantas (2012, pp. 13-14), que a felicidade sofresse aumentos substanciais. “As pessoas estão mais ricas, trabalham menos, gozam mais férias, viajam mais, têm maior esperança de vida e são mais saudáveis”, mas, por outro lado assistiu-se ao aumento das doenças psicológicas “aumentou o número de depressões, stress e ansiedade”. Ainda existem pessoas a viver em “condições precárias” e em “insegurança social”, numa altura em que as sociedades estão “cada vez mais ricas” e por isso lançam-se em projectos hedonistas, como meio de alcançar a felicidade.

Pais-Ribeiro (2012, pp. 22-31) defende que existe uma relação importante entre os conceitos de felicidade, bem-estar e qualidade de vida, fazendo uma ligação destes com a saúde e afirma que “uma pessoa que se sente feliz, ou que sente bem-estar, tem maior probabilidade de se sentir com saúde” incluindo “pessoas que vivem com uma doença”. O autor e o seu grupo de investigação, depois de seguirem um grupo de “pessoas que vivem com uma doença crónica há mais de três anos” afirmaram o seguinte: “quando comparamos a sua qualidade de vida com a das pessoas da sociedade em geral, do mesmo grupo etário e género e sem doença, verificamos que cerca de um terço reporta ter uma qualidade de vida superior à das pessoas da comunidade em geral”. Defendem, portanto, que alguém com uma doença crónica não tem que ser necessariamente infeliz, pois quando “as pessoas não estão em fase aguda da doença, elas fazem uma vida igual às outras: trabalham, cuidam dos filhos, vão ao cinema, pagam impostos, etc...” e que “sentir-se bem para as atividades da vida diária é um aspeto importante”, pois quando estão “numa situação aguda recuperam mais facilmente se se sentirem bem”.

Então observamos que, por um lado, a noção de felicidade está ligada aos conceitos bem-estar e satisfação com a vida, por outro lado, quando falamos de felicidade e qualidade de vida, esta é muitas vezes associada ao conceito saúde. Segundo a definição do termo pela OMS (Organização Mundial da Saúde) esta, é muito mais do que ter ou não uma doença ou

limitação física. No caso da população idosa, que é a que interessa para o nosso trabalho, a saúde ou a falta dela, surge muitas vezes como a sua maior preocupação quando auto-percepciona a qualidade de vida, sendo esta condicionada pela outra. A OMS define saúde como “um estado de bem-estar físico mental e social completo e não somente a ausência de doença ou incapacidade.” (Pais-Ribeiro, 2012, pp. 22-31).

Por outro lado, define qualidade de vida como a percepção que cada pessoa tem da sua posição na vida, num contexto cultural e de sistemas de valores em que vive e também em relação aos seus objectivos de vida, expectativas, padrões e preocupações. A definição deste conceito remete-nos assim, não só para os aspectos de saúde, física e mental, como para o nível de (in)dependência, relacionamentos sociais, crenças pessoais, religiosas/espirituais e para a relação com as características ambientais com as quais os indivíduos se relacionam e que contribuem como um todo para a avaliação, positiva ou não, por parte da pessoa sobre a sua vida no geral. (WHOQOL, 1997, p.1).

A mesma organização desenvolveu, em conjunto com centros de investigação de 15 países, uma metodologia própria de medição da qualidade de vida, o *World Health Organization Quality of Life (WHOQOL)*. Este instrumento de auto-avaliação da qualidade de vida é constituído por 6 domínios e 24 facetas incorporadas nos mesmos. Podemos observar na tabela 2, um conjunto de características que os cientistas do grupo de trabalho do WHOQOL atestaram como os mais pertinentes para medir a qualidade de vida dos indivíduos. Estas características, não só se relacionam com a saúde e a doença em termos físicos e psicológicos, mas também com todo um conjunto de variáveis extrínsecas à pessoa, que contribuem para o seu bem-estar e satisfação com a vida. Cada uma delas poderá contribuir de forma positiva ou negativa para a percepção de felicidade de cada um.

Tabela 2

Domínios da qualidade de vida (OMS)

Domínio I - Físico	Energia e fadiga Dor e desconforto Sono e repouso
Domínio II - Psicológico	Imagem corporal e aparência Sentimentos negativos Sentimentos positivos Auto-estima Pensar, aprender, memória e concentração
Domínio III – Nível de Independência	Mobilidade Actividades da vida diária Dependência de medicamentos e de tratamentos Capacidade de trabalho
Domínio IV – Relações Sociais	Relações pessoais Suporte/Apoio social Actividade sexual
Domínio V - Ambiente	Recursos financeiros Liberdade, segurança, Cuidados de saúde e sociais: acessibilidade e qualidade Ambiente no lar Oportunidades de adquirir informação e habilidades Participação em/e oportunidades de recreação e lazer Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima) Transporte
Domínio VI - Espiritualidade/ Religião/Crenças pessoais	Religião/Espiritualidade/Crenças pessoais

Fonte: Organização Mundial da Saúde - *World Health Organization Quality of Life (WHOQOL)*

No nosso estudo, a dimensão da qualidade de vida é explorada através de duas questões sobre saúde, inseridas no questionário do ESS e que podemos enquadrar em três domínios considerados pela OMS e que vemos representados na Tab. 2: o I, o II e o III. No caso, é pedido aos entrevistados que avaliem a sua saúde em geral e se estão de alguma forma limitados no dia a dia, devido a algum tipo de doença física e/ou psicológica.

2.3 A felicidade e o bem-estar

Veenhoven (1981, p. 33) declara que explicar o termo bem-estar não é tarefa fácil, visto ser o mais “confuso” de entre os que se equiparam com o termo felicidade e descreve-o na sua forma mais ampla, como “qualquer estado que seja desejável em algum ponto de vista”. O termo tanto denota estados individuais, como sistemas sociais e tem, segundo ele, mais de uma centena de significados, no entanto, pode ser explicado de forma mais particularizada. No seu ponto de vista “o conceito de felicidade apenas combina com concepções de bem-estar individual” e este difere entre objectivo e subjectivo. Para o autor apenas faz sentido combinar a felicidade com o bem-estar subjectivo (BES) e a suas avaliações globais da vida.

Os estudiosos do BES afirmam que “o ingrediente essencial para ter uma boa vida é que a pessoa tem que gostar da sua própria vida” e que o este se define por avaliações afectivas que incluem reações emocionais e cognitivas que envolvem julgamentos cognitivos de satisfação e realização. (Diener, Lucas & Oishi, 2002 p. 63).

Observa-se, assim, que o bem-estar subjectivo manifesta-se através destas duas componentes, a cognitiva que se traduz pela auto-avaliação que os indivíduos fazem em relação à sua satisfação com a sua vida como um todo e a componente afectiva ligada à felicidade e às emoções positivas ou negativas.

Brites (2016, p. 5; p.205) sustenta que o BES é um conceito “tradutor das respostas emocionais das pessoas em domínios como a satisfação com a vida, a saúde e as relações interpessoais, bem como as avaliações que fazem sobre a sociedade” e segundo ele, os autores da comissão Stiglitz “consideram que a felicidade é uma expressão do bem-estar subjectivo, conceito multidimensional, assente em dimensões-chave, que devem ser consideradas em simultâneo: padrões materiais da vida (rendimento, consumo e riqueza); saúde; educação; actividades pessoais incluindo o trabalho, voz política e governação; conexões e relações sociais; ambiente (condições actuais e futuras); segurança de natureza económica e física.”

3. A felicidade pública

Nos dias de hoje a comunicação social e o avanço das novas tecnologias levaram à massificação do tema da felicidade, explanada em estudos mais ou menos rigorosos. Publicam-se livros de auto-ajuda e vídeos motivacionais que estimulam a procura e o alcance da felicidade. Proliferam as revistas, chamadas, “cor-de-rosa”, com propostas de bem-estar e satisfação com a vida, levando-nos a crer que os indivíduos que seguem estas publicações são induzidos e influenciados na sua conduta pela busca da felicidade e pelo reconhecimento social da “felicidade e de todo um quadro de vida que se traduz também pela posse de bens simbólicos e materiais”. (Dantas, 2012; p. 15).

Por outro lado, surge uma panóplia de estudos científicos encetados por cientistas sociais dos mais diversos campos de acção, que estudam o tema segundo a sua perspectiva e área de conhecimento. De tal modo que passaram a ser compiladas em bases de dados e como a *World Database of Happiness* de Ruut Veenhoven⁸. Blanchflower (2008, p. 9) assume que a Economia viu a sua literatura “crescer a um ritmo notável”, com estudos que admitem que o estado de felicidade das populações tem um enorme peso no crescimento económico dos países e podem conduzir ao progresso da humanidade.

A felicidade tornou-se, assim, um assunto tão importante do ponto de vista social e público que captou a atenção dos decisores políticos. Veenhoven (2007, p. 1) refere mesmo que estes “estão particularmente interessados em condições sociais para a felicidade e isso instigou a pesquisa comparativa sobre a felicidade nas nações.

Mas como e onde surgiu a questão da felicidade pública? Por um lado, surge a filosofia utilitarista que sistematizou o princípio da utilidade, aplicado a questões concretas como o sistema político, a legislação, a justiça, a política económica, a liberdade sexual ou a emancipação das mulheres. A doutrina ética defendia que as boas acções tendem a promover a felicidade para o maior número de pessoas.

⁸A *World Database of Happiness* é um registro permanente de pesquisa científica sobre a felicidade.
Fonte: <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/>

Segundo Veenhoven (1991, p. 8) “a filosofia utilitarista sustenta que a política pública deve visar o avanço da felicidade humana.” No entanto a teoria conhecida como “O Grande princípio da felicidade” é denunciada como inviável [...] e por razões ideológicas, indesejável. Como resultado, o princípio é marginal na elaboração de políticas. “A redescoberta da individualidade humana instigou uma reorientação nos princípios morais e a palavra de Deus deixou de ser aceite como a última palavra. Nessa discussão, o utilitarismo do século XIX propôs que a qualidade moral das acções deve ser julgada por suas receitas de felicidade, sendo as melhores acções as que produzem a "maior felicidade para o maior número". Embora poucos aceitem este princípio como o único critério, é hoje uma ideia dominante: tanto na esfera pessoal da vida como na escolha pública. Ao lado da "justiça", da "igualdade" e da "liberdade", a "felicidade" é um dos valores-fim dos estados de bem-estar modernos”.

Por outro lado, a felicidade pública surge através da interpretação que Arendt (1963; 1988) faz das Revoluções Francesa (1789-1799) e Americana (1765-1783) e suas consequências. Em França o ambiente era de opressão e a revolução foi aclamada pelo seu apelo anarquista, contudo, a questão social impôs-se pela libertação da necessidade e da pobreza a que o povo estava sujeito, assim como a questão da pluralidade, vista como “condição essencial para o exercício da política, foi sacrificada em nome da igualdade de “le peuple”. (Jardim, 2011, para. 3).

Já a revolução americana mostrou-se mais favorável, do ponto de vista da filósofa, visto que foi precedida pela libertação da pobreza e formaram-se, por todo o país, assembleias com a participação dos cidadãos, no entanto os EUA falharam, pois, deu liberdade ao povo, mas não deixou espaço para que esta fosse exercida. “Isto explica porque, nos Estados Unidos e nas democracias modernas em geral, o exercício da cidadania fique confinado no dia das eleições e que a atividade política seja a ocupação de políticos profissionais. A representação tomou o lugar da ação”. (Jardim, 2011, para. 4).

Assim, nas duas revoluções, o interesse pela “liberdade pública” era visível dos dois lados do Atlântico, mas enquanto em França a ideia não passava de uma paixão e um gosto pela “liberdade pública”, na América já se falava em “felicidade pública”. O facto é que os

americanos, mais experientes do que os franceses, ainda submissos à monarquia, “sabiam que a liberdade pública consistia em haver participação na gestão pública” e a sua grande vaidade ou “sentimento de felicidade” assentava nas discussões, deliberações e tomada de decisões, fosse nas assembleias do povo ou nas “Convenções” dos representantes. (Arendt, 1988, pp. 94-95).

A felicidade pública consistia assim, no direito dos cidadãos, à participação na esfera pública e na gestão do governo, porém, ao redigir a Declaração de Independência Thomas Jefferson, que viria a tornar-se no terceiro presidente dos EUA, referiu-se à busca da felicidade, confundida com bem-estar pessoal, em vez de felicidade pública, tornando assim imprecisa a distinção entre felicidade pública e privada. A expressão “busca pela felicidade pode assim ser interpretado de duas maneiras, como bem-estar pessoal e direito à felicidade pública ou busca pelo bem-estar e a participação nos negócios públicos, todavia, quem trabalhava na gestão governamental, não tinha “o direito de ser feliz [...] o governo passou a ser entendido como um meio de promover a felicidade da sociedade, “o único objectivo legítimo do bom governo””. (Arendt, 1988, pp. 102-103).

Desde então a felicidade pública passou a ser uma matéria determinante nas agendas políticas e um “objectivo das políticas públicas”, apresentando-se “como o maior princípio da felicidade”⁹ ou o “perseguir” a felicidade em benefício de todos. Pode ler-se na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (EUA), de 4 de Julho de 1776, que “todos os homens nascem iguais, que o Criador lhes dá direitos inalienáveis e que entre eles estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade”, já a Constituição da República Portuguesa, não mencionando o termo felicidade, refere que o Estado tem como “Tarefas fundamentais [...] promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo [...]”. (Ruut Veenhoven, 2004, p.1; Pais-Ribeiro, 2012, p. 22-31).

No passado século XX, na década de 70, o Butão foi um dos primeiros países a mostrar interesse na felicidade dos cidadãos. Em vez do Produto Interno Bruto (PIB) que mede o crescimento económico de cada país, passou a medir a Felicidade Interna Bruta (FIB), que seria

⁹ “Happiness as an aim in public policy” (Ruut Veenhoven, 2004, p.1)

a medida do desenvolvimento da sociedade através de representações não só materiais, mas também espirituais. Recentemente outros países mostraram interesse em medir a felicidade dos cidadãos e por consequência o progresso das sociedades. Em 2008, durante a presidência francesa da União Europeia (UE), foi formada a Comissão Stiglitz¹⁰ que teve como objectivo “a elaboração de recomendações acerca das melhores formas de medir tanto a performance económica como o progresso social. Um dos indicadores de bem-estar propostos, a par da avaliação da vida, satisfação e da ocorrência de emoções positivas e negativas, é a felicidade”. Em 2010 no Reino Unido, também foram inseridos “indicadores deste tipo nas estatísticas oficiais anuais” do país, por David Cameron. Por todo o lado “sucedem-se os exemplos de organismos oficiais de recolha de dados estatísticos¹¹ que reúnem informação sistemática sobre o bem-estar das populações e incluem indicadores materiais e não materiais como a avaliação subjectiva das condições de vida (satisfação com a vida)”. (Dantas, 2015, p. 13-14)

Ahmed (2010, p. 4) sustenta a mesma posição e reafirma que alguns governos têm “apresentado a felicidade e o bem-estar como ativos mensuráveis e metas explícitas, complementando o Produto Interno Bruto (PIB), com o que se tornou conhecido como o Indicador *Genuine Progress Indicator (GPI)*”.

É necessário preservar as sociedades sãs e com uma qualidade de vida favorável que levam ao desenvolvimento das sociedades e ao progresso das nações e, para isso, é preciso que os decisores políticos produzam políticas públicas que combatam positivamente as actuais mudanças sociodemográficas, socioeconómicas e socioculturais, sendo a felicidade pública a medida adequada ao “progresso social”. (Dantas, 2012, p. 13)

¹⁰ Em França, o Presidente Sarkozy constitui uma comissão de peritos, coordenada por Jean-Paul Fitoussi, do Observatório Francês das Conjunturas Económicas, da qual fazem parte dois prémios Nobel: Amartya Sen e o ex-vice-presidente do Banco Mundial Joseph E. Stiglitz. Fonte: <https://www.publico.pt/portugal/jornal/breve-historia-da-felicidade-ao-mais-alto-nivel-26248650>

¹¹ *Better life Index (OCDE); Well-being indicators do National statistics (UK); Gallup, Eurobarómetro, etc...* (Dantas, 2015, 14)

CAPÍTULO II – Caracterização do envelhecimento sociodemográfico

1. Consequências sociais do envelhecimento demográfico

Idosos, reformados, velhos, ou pessoas de terceira idade, são alguns dos nomes que usualmente servem para nos referirmos a quem atingiu os 65 anos ou a idade da reforma.

Esta população tem-se apresentado muitas vezes como a mais vulnerável nas sociedades ocidentais, sofrendo desde sempre de estigmas muito enraizados culturalmente, principalmente pelas gerações mais novas. O envelhecimento é encarado pelos mais novos como uma fase negativa da vida, que traz limitações físicas e psicológicas sendo o idoso posto de lado como se não passasse de alguém que está numa “fase última da vida humana, um momento em que os homens desistem dos projectos de futuro.” É frequente, em diversas sociedades, a velhice ser vista “como um fardo”. (Rosa, 2012, p. 21).

O envelhecimento começa no dia do nascimento, ou até antes, “desde que somos concebidos”, mas nesta altura chamamos-lhe crescimento. Trata-se de um processo de “desenvolvimento do ser humano”, físico e psicológico e de aprendizagem que parece culminar na idade adulta, quando se atinge o grau de maturidade que nos permite aplicar todo o conhecimento até então adquirido, na construção da vida futura. (Rosa, 2012, p. 19).

Quando se chega à fase de adulto, o envelhecimento ainda não constitui um problema de maior e não se pensa muito nele, excepto quando se vislumbra algum sinal do tempo, que começa a surgir. Nesta fase é tempo de gozar a vida, trabalhar e constituir família e só quando se chega à idade da reforma, ou poucos anos antes, é que se começa verdadeiramente a pensar no nosso próprio envelhecimento e dos nossos pares, pois é a partir desta idade, também chamada de «terceira idade», que as pessoas passam de imediato a ser catalogadas de idosas ou velhas.

A extensão do termo envelhecimento, descrito por Rosa (2012, p. 20), compreende dois conceitos: “*o envelhecimento individual*” e “*o envelhecimento colectivo*”. Ao nível individual a autora identifica o “envelhecimento cronológico”, que é aquele que nos

acompanha desde o nascimento até à morte e o “envelhecimento biopsicológico”, que se reflecte com o avançar dos anos, mas que se manifesta em idades distintas em cada um de nós, através dos tais sinais, rugas ou cabelos brancos em que os genes, hábitos e modos de vida de cada um e até a sociedade em que estamos inseridos poderão influenciar e/ou acelerar o processo.

O conceito de “envelhecimento colectivo” também é dividido pela autora em dois planos. O primeiro trata-se do “envelhecimento demográfico (ou da população)”. A definição deste conceito vai para além das suas próprias particularidades, pois para o compreender não podemos só falar em idosos, é preciso considerar a existência de classes etárias que obedecem a uma sequência e “que correspondem às principais fases do ciclo de vida: até aos 15 anos [...] entre os 15 e os 64” e “com 65 e mais anos”. Aqui “todos os indivíduos são classificados indistintamente em categorias fixas [...] usualmente referidas como as idades jovem, activa e idosa”, respectivamente. (Rosa, 2012, p. 22-23).

No outro plano, Rosa (2012, p. 24) identifica o “*envelhecimento societal* (ou da sociedade)” notando que é comum estabelecer-se uma clara relação com o envelhecimento demográfico, parecendo um ser o resultado do outro. No entanto, a autora considera esta percepção incorrecta, observando que “uma população pode estar a envelhecer e a sociedade não”. Segundo ela, “a marca visível do envelhecimento societal é a de uma sociedade deprimida, que se sente «ameaçada» com a sua própria evolução etária e com as mudanças que em si acontecem”. O exemplo que já referimos em cima de que um velho é visto como uma pessoa pouco ou nada produtiva é prova desta afirmação.

De entre as inquietações associadas a este processo de envelhecimento aliadas à “desaceleração do crescimento demográfico” e com consequências nefastas para a economia estão, do ponto de vista da autora, a diminuição do “número de produtores”, a “desaceleração do ritmo de inovação”, o “agravamento dos custos indirectos do trabalho (pelos descontos que a população activa terá que fazer para suportar as reformas dos idosos)” e as “despesas com os cuidados de saúde”, entre outras. Estas e outras preocupações podem ser mitigadas se ao invés de se desvalorizar as idades mais avançadas, atribuir-lhes um “papel

social” relevante, relacionado com maior experiência de vida, mais sabedoria e conhecimento, conduzindo as sociedades a reagirem “à alteração do curso dos factos, encontrando uma forma adequada de os enfrentar”. (Rosa, 2012, p. 24).

Todavia, apesar de conseguirmos atingir idades mais avançadas, o que devia ser bom para a sociedade, este acontecimento constitui uma enorme transformação nas sociedades a vários níveis. Do ponto de vista demográfico e económico é visto por muitos como um embaraço. Para Rosa (2012, p. 24), o motivo por que, aparentemente, o envelhecimento demográfico provoca “consequências indesejáveis” deve-se ao facto de este “aumentar a importância dos grupos etários menos valorizados na estrutura produtiva e social, ou seja, os mais velhos”.

O envelhecimento demográfico pode ser atestado por vários indicadores estatísticos, entre eles, o «índice de envelhecimento»¹², um dos principais elementos indicadores do envelhecimento da população, pelo qual se pode verificar a proporção de idosos relativamente ao número de jovens. Outro indicador importante é o «índice de longevidade»¹³, que mede a proporção das pessoas mais idosas dentro da classe etária dos idosos. (Rosa, 2012, pp. 22-23).

Na Tab. 3 observamos que, relativamente aos anos a que este estudo se refere (2002 e 2014) e ao índice de envelhecimento, o número de idosos é superior ao dos jovens ascendendo a 100 nos dois anos, tendo-se acentuado em 35,3%, no ano de 2014. Também no índice de longevidade houve um aumento de valores, a proporção de idosos com 75 anos ou mais por cada 100 pessoas, com idade igual ou superior a 65 anos, cresceu 6.7%, passando de 42,3% em 2002 para 49% em 2014. Podemos assim confirmar através destes dois índices que, não só o fenómeno do envelhecimento demográfico é uma realidade bem patente em Portugal, mas também que a população idosa está bastante envelhecida, verificando-se que quase 50% (2014) desta população tem 75 anos ou mais de idade.

¹² “O índice de envelhecimento é o número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Um valor inferior a 100 significa que há menos idosos do que jovens.”

¹³ “O índice de longevidade é o número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos. Quanto mais alto é o índice, mais envelhecida é a população idosa.”

Fonte: PORTATA (Fundação Francisco Manuel dos Santos)

Tabela 3

Indicadores de Envelhecimento

Anos	Índice de envelhecimento	Índice de longevidade
2002	103,3%	42,3%
2014	138,6%	49,0%

Nota. Fontes de Dados: PORDATA; INE - Estimativas Anuais da População Residente

A escolha do tema recaiu sobre esta população em Portugal Continental, pela pertinência que o seu estudo apresenta hoje em dia, devido ao grande destaque que o envelhecimento está a ter, relativamente ao seu crescimento exponencial. A “renovação das gerações” não está a ser “assegurada” como seria de esperar e a população do país está cada vez mais envelhecida, sendo que as perspectivas de futuro não são risonhas neste campo. (Rosa, 2012, p.31).

As projecções para o futuro¹⁴ não são animadoras, segundo dados de 2014 publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o envelhecimento demográfico será muito acentuado em 2060 e a população residente cairá dos 10,5 milhões de pessoas em 2012 para 8,6 milhões de pessoas em 2060. O envelhecimento demográfico continuará a progredir, aumentando entre 2012 e 2060 de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens.

Conclui-se, portanto, que a entrada na idade da reforma traz alguns estigmas nem sempre reais, o processo de envelhecimento de cada indivíduo é visto muitas vezes como um processo degenerativo, que fragiliza, que leva à dependência, à perda de capacidades físicas, psicológicas e produtivas, tornando-se assim, um peso para a sociedade em termos económicos. Chegamos então a um processo de envelhecimento desenfreado que “põe em risco a sustentabilidade financeira da Segurança Social”. (Rosa, 2012, p.35).

Apesar de se constatar que é uma população vulnerável, em crescimento acelerado e que se tem revelado como um “problema” demográfico para as sociedades actuais, o

¹⁴ Fonte: <http://observador.pt/2014/08/07/envelhecimento-da-populacao-moodys/> 24/05/17

envelhecimento das populações, que se registou um pouco por todo o mundo, é particularmente marcante para as sociedades modernas, que receiam tornar-se menos produtivas e que isso se reflita na falta de progresso ou em menor desenvolvimento económico. O “envelhecimento demográfico” é visto como “uma catástrofe que se abateu sobre as sociedades modernas, comprometendo o futuro das populações envolvidas”. No entanto, o fenómeno do “envelhecimento societal” decorre “de importantes progressos sociais”, nomeadamente, do avanço da medicina e de notáveis inovações tecnológicas. (Rosa, 2012, p. 24-43).

2. Efeitos da crise na felicidade dos mais velhos

Devido à crise económica que se iniciou no país por volta do ano 2008 e as medidas de austeridade aplicadas mais tarde, muitos portugueses ficaram em situações económicas vulneráveis, muitos ficaram desempregados, outros sofreram cortes nos salários, nas pensões e nas prestações sociais, registando-se simultaneamente um aumento das taxas contributivas. A situação teve um grande impacto na vida das pessoas, levando a mudanças nos modos de vida das famílias e das populações desprotegidas, sobretudo na dos idosos, que são os que normalmente já se assumem como menos felizes comparativamente a outro ciclo da vida. Dantas assegura que “a alteração da situação social e económica decorrente da crise” teve “consequências directas [...] sobre as formas de sentir e procurar a felicidade.” (Dantas, 2015, p.78 p. 314).

Noutro estudo refere-se que as “alterações introduzidas nas transferências sociais, em particular no Rendimento Social de Inserção, no Complemento Solidário para Idosos e no Abono de Família, foram [...] determinantes no aumento da pobreza e, simultaneamente, no agravamento das condições de vida das famílias mais pobres. O recuo destas políticas sociais, no auge da crise económica, quando elas mais se revelavam necessárias, constituiu inequivocamente um factor de empobrecimento e de fragilização da coesão social.” (Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016, p. 30).

Nos noticiários ouvimos a toda a hora falar sobre os abusos a que os idosos são sujeitos. Eles foram talvez a população mais atingida pela crise, que para além de terem sofrido as consequências das medidas de austeridade nas suas reformas e pensões, muitos acabavam por despende parte dos seus rendimentos para ajudar os familiares. Os mais vulneráveis, doentes ou que vivem isolados estiveram mais sujeitos aos efeitos da crise, muitos foram e ainda são roubados e maltratados, por estranhos e até pela própria família. O facto é que entre 2007 e 2012 registaram-se, segundo o projecto “Smaile¹⁵”, aumentos significativos de consultas de psiquiatria entre todas as idades, em particular nos utentes com mais de 65 anos, muito em particular nos homens.

¹⁵ <http://www.dn.pt/sociedade/interior/crise-teve-um-maior-impacto-na-saude-mental-de-desempregados-e-idosos-5087757.html> 24/05/2017

PARTE II - Opções metodológicas

CAPÍTULO III - Contextualização do estudo com base no ESS

1. Descrição e procedimentos metodológicos do ESS

As opções metodológicas deste estudo foram definidas em função dos objectivos formalizados no seu início e estabeleceu-se que os dados estatísticos utilizados para a nossa investigação seriam retirados de uma base de dados fiável, que nos permitisse ter confiança na amostra que iríamos trabalhar, nos instrumentos e na estratégia da recolha dos dados.

Essa base de dados seria a do *European Social Survey (ESS)* que é “uma infraestrutura europeia de conhecimento, constituída recentemente numa *European Research Infrastructure Consortium*, que se encontra em curso, sendo Portugal um dos membros fundadores do *ESS-ERIC*. Esta infraestrutura tem por objectivo estudar as atitudes e valores sociais e políticos dos europeus numa perspectiva comparativa e longitudinal”. (ICS, 2016).

A responsabilidade pelo projecto em Portugal é do consórcio constituído pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) e pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A equipa coordenadora é composta pelo coordenador nacional (Jorge Vala/ICS-UL) e pela comissão executiva (Anália Torres/ISCSP-UL, Alice Ramos/ICS-UL). (ESS, 2016, p.7).

O projecto do ESS, ao qual foi atribuído o prémio *Descartes*¹⁶, começou em 2002 com a participação de mais de 20 países europeus e consiste num questionário aplicado de 2 em 2 anos que conta com dois tipos de módulos de questões, os módulos permanentes e rotativos. Nos módulos permanentes, as questões mantêm-se inalteradas nas edições aplicadas ao

¹⁶ O prémio Descartes, atribuído anualmente desde 2000, é um prémio que se destina a equipas de investigação transnacionais, que tenham atingido resultados científicos ou tecnológicos de excelência, através de estudos colaborativos em qualquer área científica, incluindo economia, ciências sociais e humanidades. O ESS foi o primeiro projeto na área das Ciências Sociais a receber este prémio.

longo do tempo, enquanto nos módulos rotativos as perguntas variam de edição para edição. (ESS, 2016, p.7).

No caso de Portugal a recolha dos dados é operacionalizada apenas nas 5 regiões do território nacional: Norte; Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, denominadas por NUTSII.

O universo da amostra total do ESS é constituído por pessoas que cumpram dois requisitos para poderem ser elegíveis a responder ao questionário: têm que ter 15 ou mais anos de idade e residir no lar/habitação seleccionada, há pelo menos 6 meses. Ou seja, aplica-se tanto a nacionais como estrangeiros, emigrantes, legalizados ou não. Para escolher o entrevistado em cada lar seleccionado é pedido no primeiro contacto alguma informação sobre todos os residentes da habitação e dos que forem elegíveis para o estudo a informação é inserida no *Computer Assisted Personal Interviews (CAPI)*, que selecciona de forma aleatória um residente. O questionário do ESS é o instrumento usado na recolha dos dados e aplicado por um entrevistador, preferencialmente, em casa da pessoa seleccionada sendo a entrevista realizada *face-to-face*. (ESS, 2016, pp. 9-11).

Como refere Vilelas (2009), os inquéritos são instrumentos “exclusivos das ciências sociais e partem da premissa de que, se queremos conhecer algo do comportamento das pessoas, o melhor, o mais directo e o mais simples, é perguntá-lo directamente a elas. Trata-se, portanto, de requerer informação a um grupo socialmente significativo de pessoas acerca dos problemas em estudo, para logo, mediante uma análise do tipo quantitativo ou qualitativo, retirar as conclusões que correspondem aos dados recolhidos.” (Vilelas, 2009, p. 133).

O questionário é extenso, tem cerca de 90 perguntas e demora cerca de 50 minutos a ser concluído, no entanto, dependendo das características pessoais de cada respondente, é normal demorar mais algum tempo. Mesmo assim, no fim da entrevista os inquiridos sentem que foi uma experiência positiva e muito importante para dar voz às suas convicções pessoais.

As respostas, no geral, são pré-formalizadas em que o respondente escolhe uma entre as apresentadas.

Para o nosso estudo escolhemos trabalhar uma amostra da população idosa e para isso retiramos da base de dados do *ESS*, todos os participantes entrevistados com 65 ou mais anos de idade nos dois anos supracitados.

2. Questão de investigação e objectivos:

2.1 Questão de investigação

Como e em que medida variou o grau de felicidade auto-percepcionada da população com 65 ou mais anos de idade, em Portugal Continental, em 2002 e 2014, em função de um conjunto de variáveis sociodemográficas e a sua relação com as dimensões sociais relativas à qualidade de vida, bem-estar e satisfação com a vida? Esta foi a questão de investigação que formulamos.

2.2 Objectivo geral

Estudar a felicidade auto-percepcionada pela população com 65 ou mais anos de idade em Portugal Continental em 2002 e em 2014, em presença dos indicadores sociodemográficos como sexo; idade; estado civil; saúde; escolaridade; constituição do agregado familiar; rendimentos do agregado familiar; religiosidade; rede social de relações e o conjunto de características referentes à qualidade de vida, bem-estar e satisfação com a vida.

2.3 Objectivo específicos

- a) Comparar o grau de felicidade da população como 65 ou mais anos em Portugal Continental, nos dois momentos temporais propostos;
- b) Caracterizar a felicidade em função dos dados sociodemográficos descritos, da população em questão;

- c) Analisar a relação entre a felicidade auto-percebida e as dimensões sociais, no período considerado.

3. Procedimentos estatísticos

Para fazer a análise estatística, recorreremos ao programa *Statistical Package for Social Sciences (IBM SPSS, versão 22.0)*. O estudo teve uma abordagem de natureza quantitativa, que, segundo Vilelas (2009), admite “que tudo pode ser quantificável, isto é, que é possível traduzir em números as opiniões e as informações para, em seguida, poderem ser classificadas e analisadas”. Para caracterizar e descrever a amostra, que se retirou do universo da população da base de dados do ESS, usaram-se medidas descritivas, que servem normalmente para resumir as características de um grande conjunto de dados assim como tirar conclusões sobre a população em questão, com base nos resultados observados na amostra. Por fim aplicou-se o método comparativo, que “tem como objectivo estabelecer leis e correlações entre os vários grupos e fenómenos sociais, mediante a comparação que irá estabelecer as semelhanças e/ou as diferenças.” (Vilelas, 2009, p. 49-51).

CAPÍTULO IV – Apresentação dos dados e discussão dos resultados

1. Caracterização da amostra quanto à felicidade e idade, sexo, escolaridade e estado civil

A amostra do nosso estudo foi constituída por um total de 794 indivíduos com idades compreendidas entre 65 e 91 anos em 2002 e 65 e 94 anos em 2014. Do número total da amostra 329 elementos eram do sexo masculino e 468 do sexo feminino. A média de idades foi em 2002 de 73,06 anos (Md=72,00 anos; σ =5,685 anos) e de 74,36 (Md=73,00 anos; σ =6,749 anos) em 2014. No Quadro 1 podem observar-se as principais características sociodemográficas da amostra. A felicidade foi medida através de uma escala de Cantrill com 11 pontos: 0=extremamente infeliz; 10= extremamente feliz.

Quadro 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra

		2002		2014		Total	
		N	%	N	%	N	%
Sexo	Homem	148	39,6%	181	42,8%	329	41,3%
	Mulher	226	60,4%	242	57,2%	468	58,7%
Idade	65 a 75 anos	253	67,6%	259	61,2%	512	64,2%
	> 76 anos	121	32,4%	164	38,8%	285	35,8%
Estado civil	Solteiro/Divorciado/Separado/Viúvo	171	45,7%	171	40,4%	342	42,9%
	Casado/União Facto	203	54,3%	252	59,6%	455	57,1%
Escolaridade	Nenhum/ 1º Ciclo	307	82,1%	307	72,6%	614	77,0%
	2º e 3º Ciclo	66	17,6%	70	16,5%	136	17,1%
	Secundário/Superior	1	,3%	46	10,9%	47	5,9%

Nota. Fonte: Base de dados cumulativa Ronda 1 e 7 do ESS

2. Variáveis Sociodemográficas

2.1 Felicidade e Idade

Por convenção, todos os indivíduos com idade a partir dos 65 anos pertencem à população idosa, contudo, sabemos que um idoso com 65 ou 70 anos é diferente de um idoso com 75, 80 ou mais anos. O peso da idade acarreta limitações físicas e psíquicas como já vimos, apresentando-se a saúde muitas vezes mais fragilizada, refletindo-se na felicidade. Assim, dividimos a amostra em dois grupos de idades para compreender como se apresentaram os níveis de felicidade em cada um deles. O grupo dos idosos mais novos foi integrado pelos

inquiridos que tinham entre 65 e 75 anos e o grupo dos idosos mais velhos foi constituído pelos indivíduos com idade igual ou superior a 76 anos.

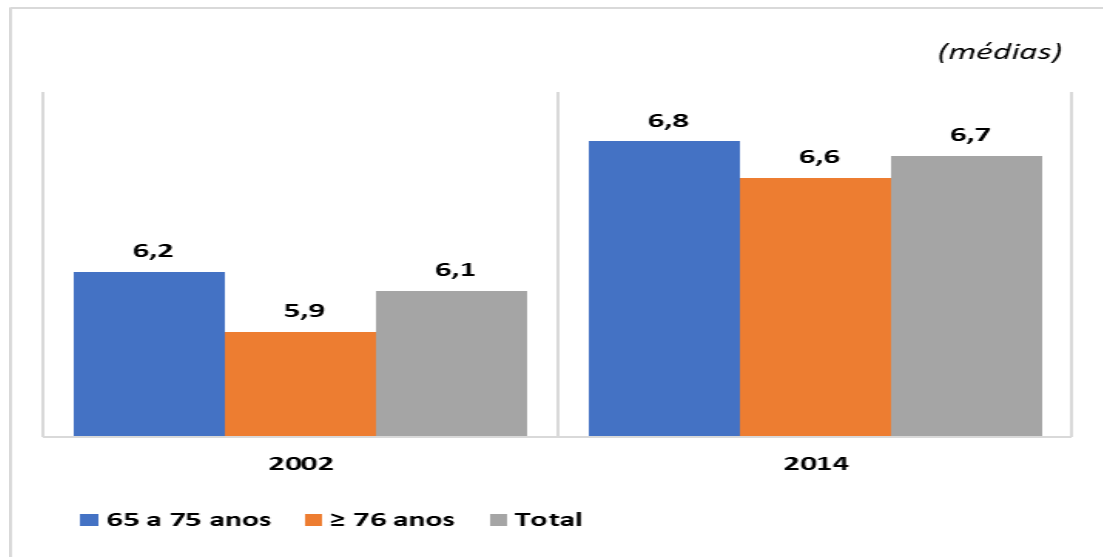


Figura 2 - Felicidade e Idade

A Fig. 2 indica-nos que nos dois anos estudados o grupo dos idosos mais novos têm uma média de felicidade superior à média do grupo dos mais velhos. Nota-se ainda uma ligeira subida das médias no ano 2014 comparativamente a 2002.

2.2 Felicidade e Sexo

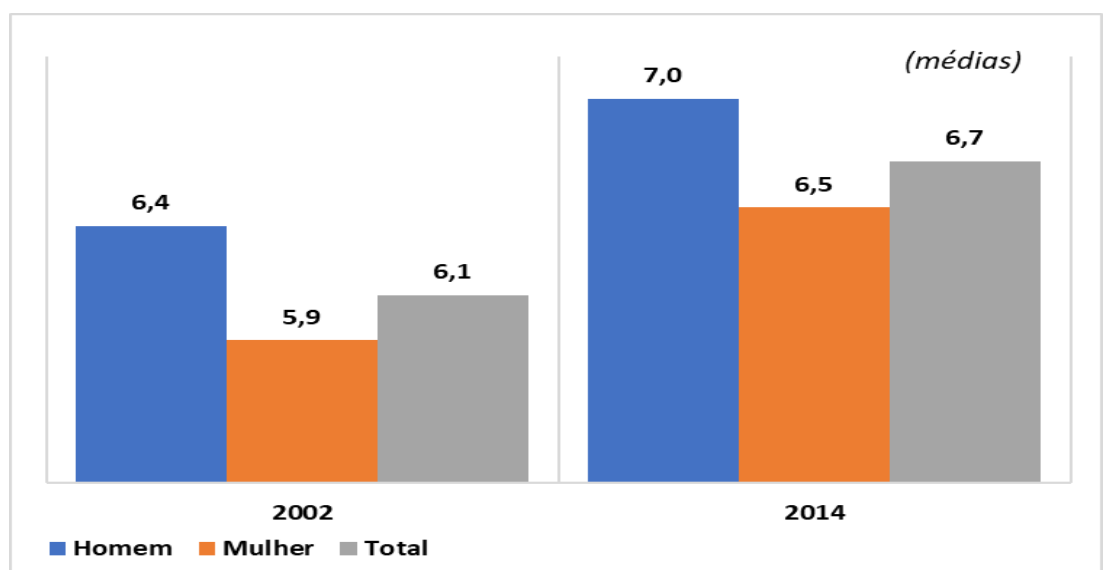


Figura 3 - Felicidade e Sexo

Como se pode observar na Fig. 3 tanto em 2002 como em 2014, os homens auto-percepcionaram maior felicidade do que as mulheres e a média da felicidade é mais elevada em 2014.

2.3. Felicidade e Escolaridade

Para melhor trabalharmos esta variável reduzimos e agrupamos as categorias de resposta em 3 grupos. Num grupo foram incluídos os indivíduos sem nenhuma instrução e os que estudaram até à 4ª classe. Noutro grupo incorporamos os respondentes com o ciclo preparatório e até ao 9º ano e num terceiro grupo incluímos todos os inquiridos com o ensino secundário (a partir do 10º ano) e estudos superiores (a partir do 12º ano todos os estudos superiores com e sem grau académico).

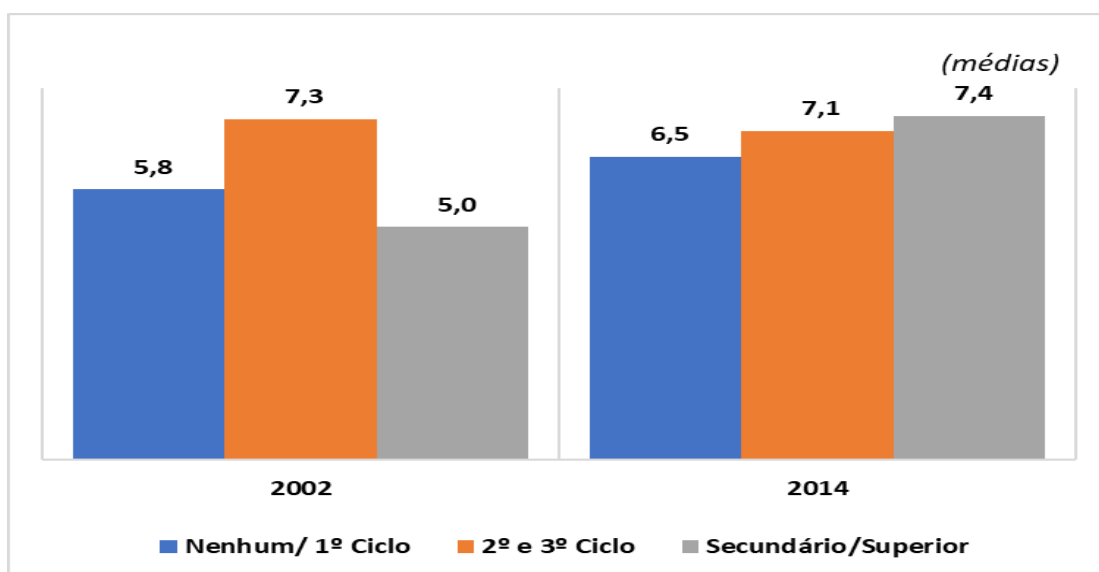


Figura 4 – Felicidade e Escolaridade

A análise da Fig. 4 sugere que os idosos mais escolarizados são mais felizes. No ano 2002 o grupo mais feliz foi o dos indivíduos com o 2º ou 3º ciclo. Em 2014 notou-se alguma evolução nas médias da felicidade sobretudo nos grupos de idosos com grau de ensino mais elevado.

2.4 Felicidade e Estado civil

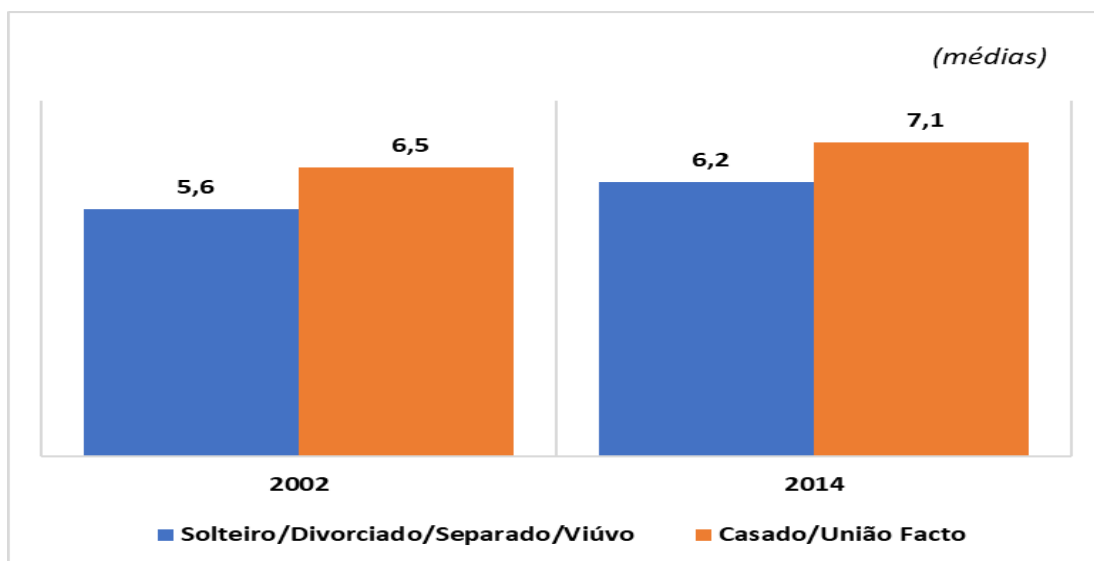


Figura 5 - Felicidade e Estado civil

Segundo a Fig. 5, nos dois anos em estudo, o grupo dos idosos casados ou a viver em união de facto declararam-se mais felizes que o grupo dos solteiros, divorciados, separados ou viúvos.

2.5 Felicidade por Região (NUTSII)

Nesta variável quisemos analisar em que região do país os inquiridos apresentaram maior grau de felicidade e se houve mudanças com o passar dos anos. Como já tivemos ocasião de explicar, o ESS não contempla as regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e por isso restringimos a análise às regiões a Portugal Continental, denominadas por NUTSII.

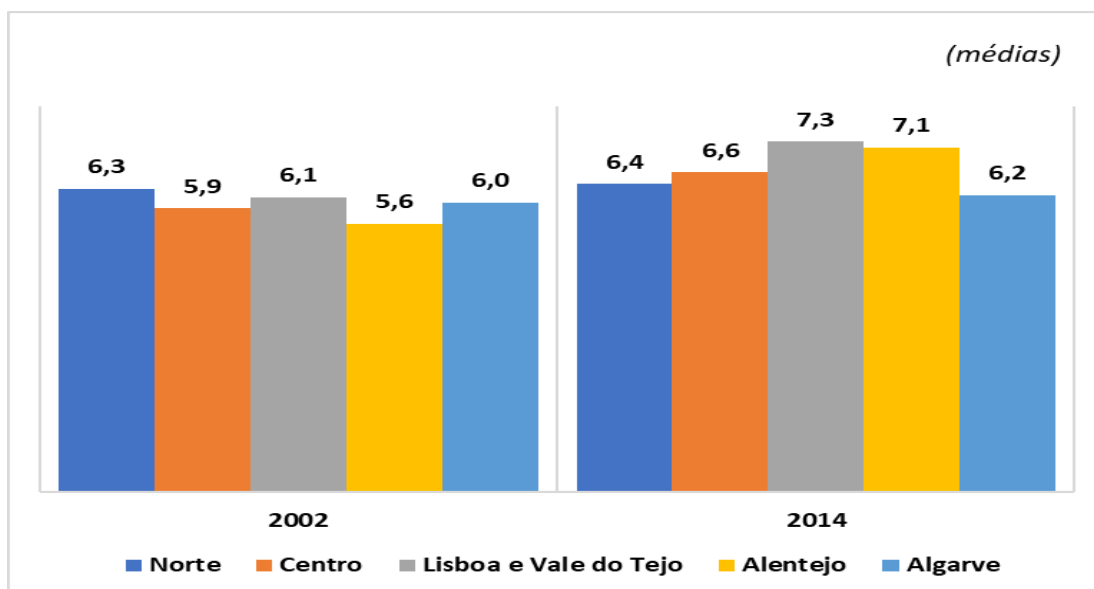


Figura 6 - Felicidade por Região do País (NUTSII)

Analisando a Fig. 6 observamos que, no ano 2002 a região onde os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos se sentiram mais felizes, foi no Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. Os menos felizes viviam no Centro do país e no Alentejo. Em 2014 Lisboa e Vale do Tejo liderou a felicidade do país, seguida pelo Alentejo, Centro, Norte e por último o Algarve.

2.6 Felicidade e Rede familiar e social

2.6.1 Felicidade e Rede Familiar

A análise desta variável ajudou-nos a perceber se os idosos viviam sozinhos ou acompanhados por alguém, fosse o conuge, um companheiro (a) de casa ou um familiar e se esse facto interferiu ou não na sua felicidade.

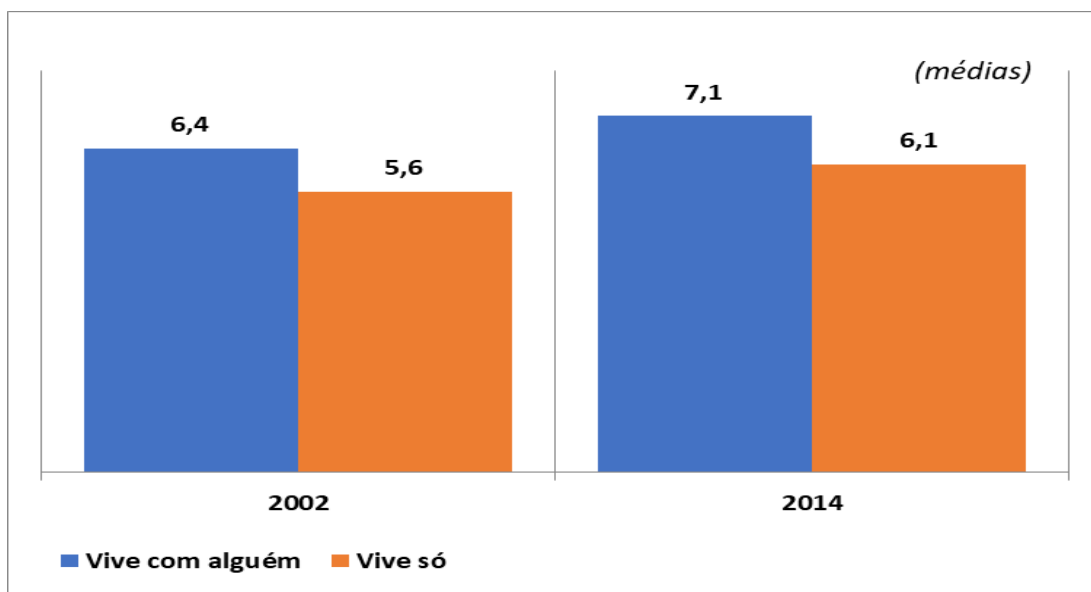


Figura 7 - Felicidade e Rede familiar

Constatamos através da Fig. 7 que as médias da felicidade são mais elevadas para quem vive acompanhado por alguém relativamente a quem vive só. A tendência é igual nos dois anos com médias um pouco mais elevadas no ano 2014.

2.6.2 Felicidade e Sociabilidade

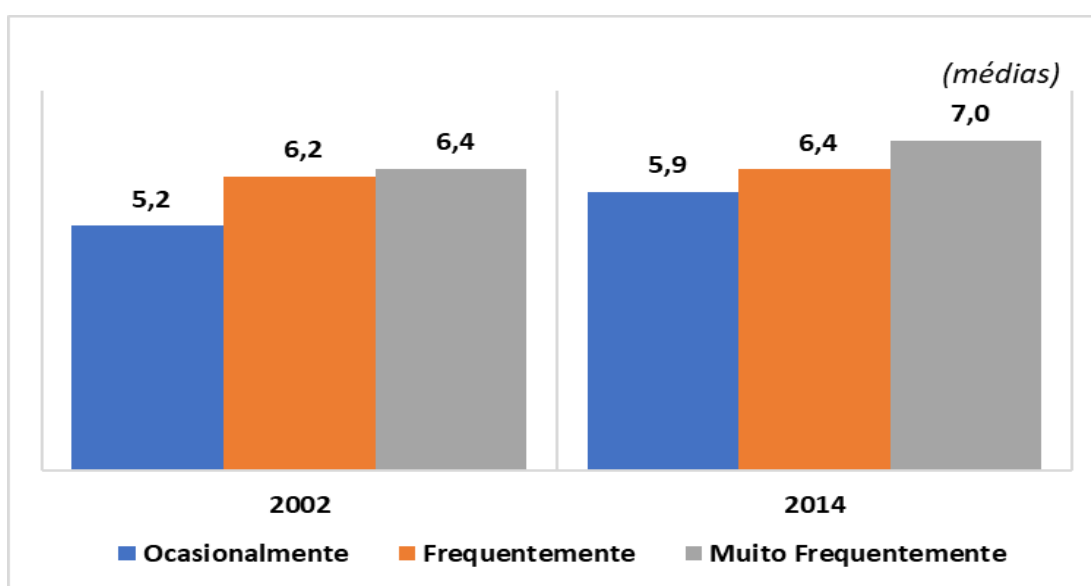


Figura 8 - Felicidade e Sociabilidade

Na Fig.8 verifica-se que quem referiu que sociabiliza mais frequentemente sente mais felicidade do que quem só convive com amigos, colegas de trabalho ou familiares de vez em quando.

2.7 Felicidade e Religião

2.7.1 Felicidade e Religiosidade

Para analisarmos o grau de religiosidade da população portuguesa com 65 ou mais anos de idade seleccionamos duas perguntas do questionário do ESS. A primeira questiona se o inquirido pertence a alguma religião com resposta «sim» ou «não», na segunda pede para o respondente se posicionar numa escala de 0 a 10 = 0 Nada religioso; 10 Muito religioso. Não nos pareceu relevante saber a que tipo de religião cada indivíduo pertence, apenas se pertence a alguma e o quão religioso se sente e se isso interfere na sua felicidade.

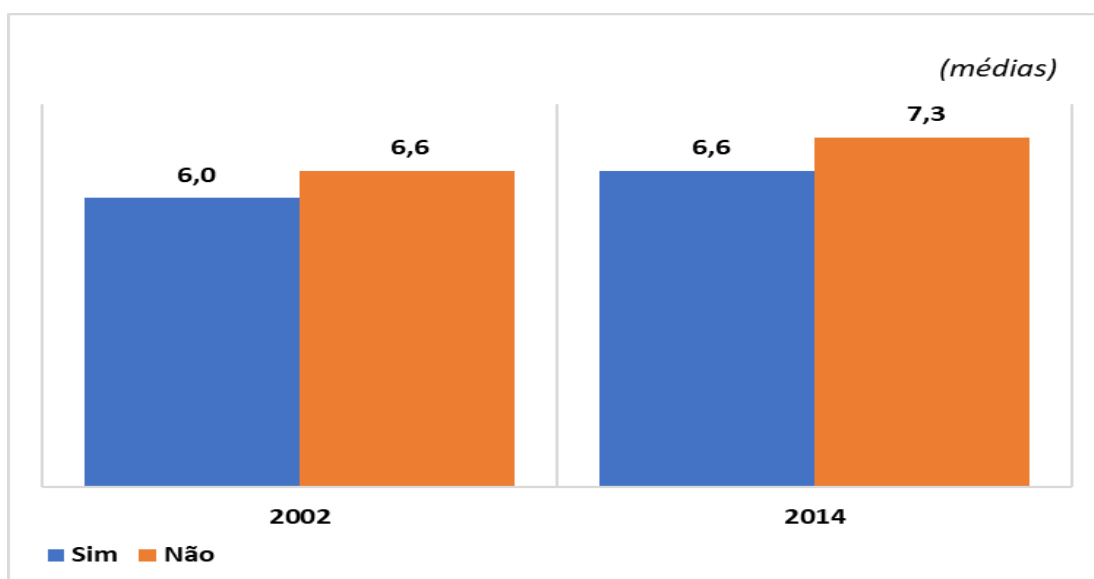


Figura 9 - Felicidade e Religiosidade

A Fig. 9 sugere que tanto em 2002 como em 2014 a média de felicidade de quem não pertence a nenhuma religião, é mais elevada do que quem afirma ser religioso.

2.7.2 Felicidade e Grau de religiosidade

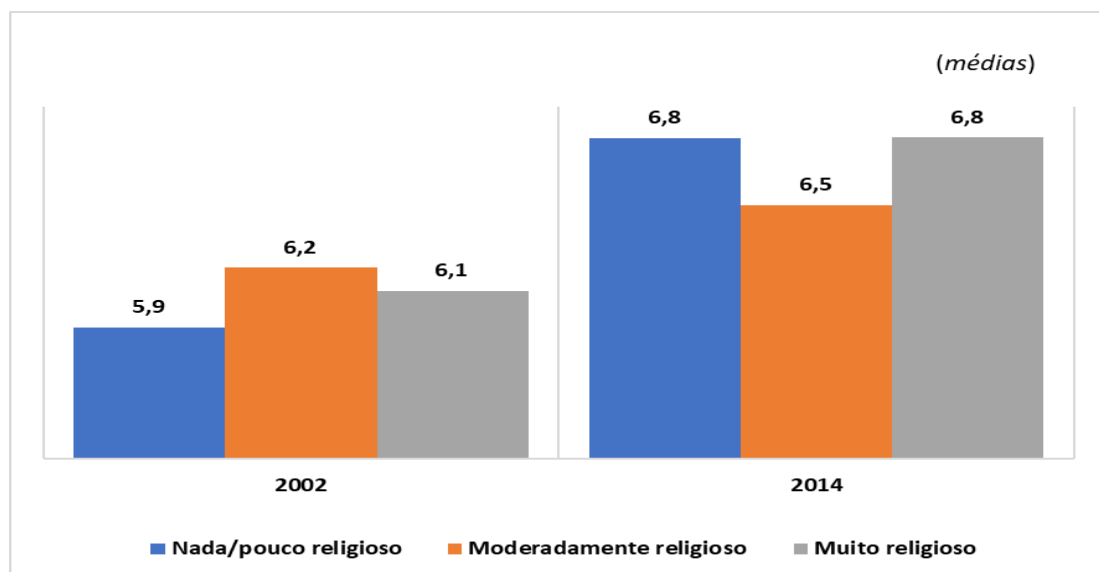


Figura 10 - Felicidade e Grau de religiosidade

Na Fig. 10 observamos que em 2002 os inquiridos mais felizes eram os que se afirmavam moderadamente religiosos, mas as três categorias apresentavam diferenças muito pouco expressivas. Em 2014 os moderadamente religiosos passaram a ser os menos felizes e os grupos dos inquiridos que se afirmaram nada ou pouco religiosos apresentaram médias de felicidade iguais aos muito religiosos

2.8 Felicidade e Rendimento

Esta variável foi uma das que nos causou maior curiosidade. Apesar deste trabalho não se centrar nos efeitos da crise económica e financeira que assolou o país em parte do período do estudo, quisemos saber se o peso desta variável se iria reflectir na felicidade dos inquiridos. Analisamos o rendimento subjectivo do agregado familiar dos inquiridos de maneira a compreender qual o seu sentimento relativamente ao mesmo.

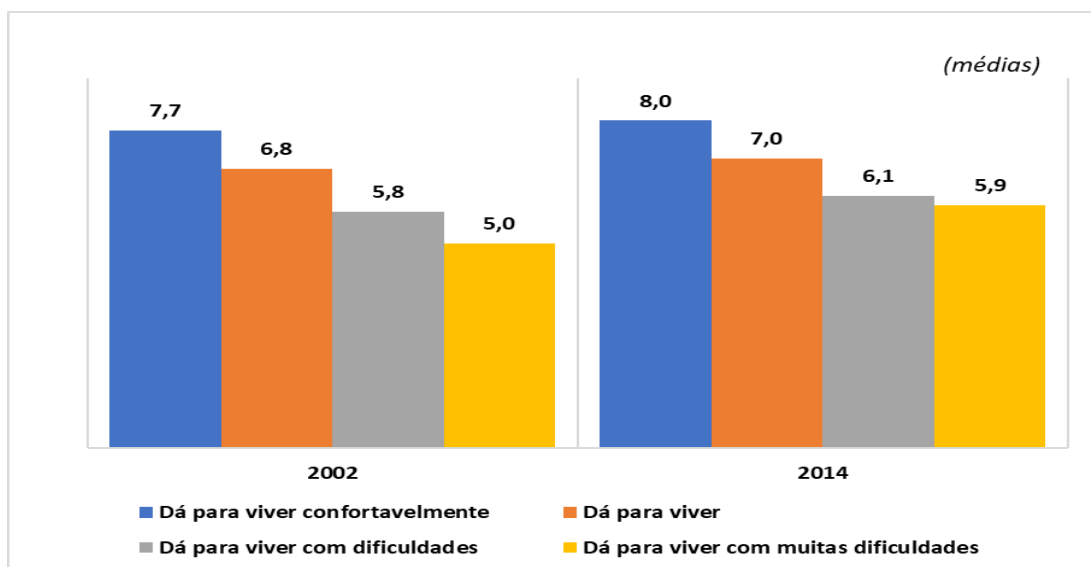


Figura 11 - Felicidade e Rendimento subjectivo do agregado familiar

Segundo a Fig. 11 percebemos que a média da felicidade é bastante mais elevada para quem respondeu que vive confortavelmente com o seu rendimento. Quem vive com muitas dificuldades apresenta as médias mais baixas. Esta tendência verifica-se nos dois anos.

3. Felicidade e Indicadores sociais

3.1 Felicidade e Satisfação com a vida

Um dos indicadores sociais da felicidade é a satisfação com a vida. No questionário do *ESS* as duas dimensões foram avaliadas da seguinte maneira. Para averiguar o grau de felicidade dos inquiridos foi-lhes pedido que considerassem todos os aspectos da sua vida e respondessem numa escala de 0=Extremamente infeliz a 10=Extremamente feliz, qual o grau de felicidade que sentiam. Fez-se o mesmo em relação à satisfação com a vida e pediu-se que somassem tudo e respondessem numa escala de 0=Extremamente insatisfeito a 10=Extremamente satisfeito, qual o grau de satisfação com a vida em geral.

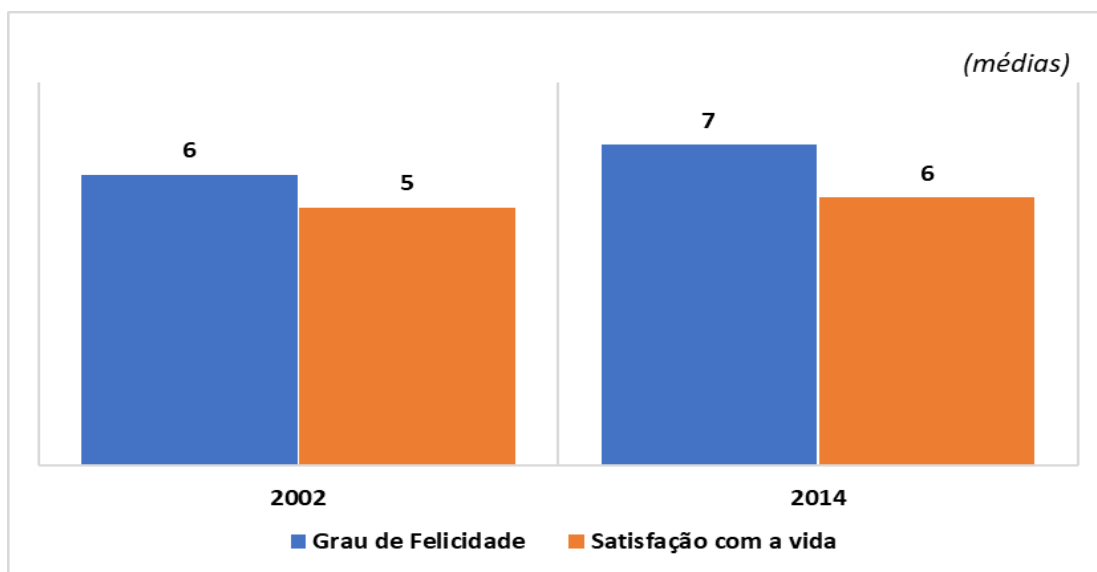


Figura 12 - Felicidade e Satisfação com a vida

Analisando a Fig. 12 observa-se que a média da felicidade no ano 2002 foi de 6 e a da satisfação com a vida foi de 5. Em 2014 aumentou a felicidade assim como a satisfação com a vida.

Quadro 2 - Correlação Felicidade e Satisfação com a vida

Ronda 1 e 7			Satisfação com a vida	Grau de Felicidade
2002	Satisfação com a vida	Pearson Correlation	1	,691**
		Sig. (2-tailed)		0
		N	370	367
	Grau de Felicidade	Pearson Correlation	,691**	1
		Sig. (2-tailed)	0	
		N	367	370
2014	Satisfação com a vida	Pearson Correlation	1	,514**
		Sig. (2-tailed)		0
		N	420	417
	Grau de Felicidade	Pearson Correlation	,514**	1
		Sig. (2-tailed)	0	
		N	417	419

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Através do quadro 2 verificamos que existe correlação entre as duas dimensões, ou seja, quanto maior é a Satisfação com a vida, maior é a Felicidade e vice-versa.

3.2 Felicidade e Qualidade de Vida (Saúde)

Visto estarmos a avaliar a qualidade de vida da população idosa e termos já referido que um idoso com idade entre os 65 e 75 anos é diferente de um idoso com idade superior a essa faixa etária, nomeadamente, por motivos de saúde, quisemos analisar esta dimensão à luz dessa afirmação. Assim não só analisamos as questões da saúde e felicidade como inserimos na análise as faixas etárias em que a população da nossa amostra foi dividida para averiguarmos as diferenças das médias de felicidade entre elas relativamente à saúde.

3.2.1 Felicidade e saúde geral por faixa etária

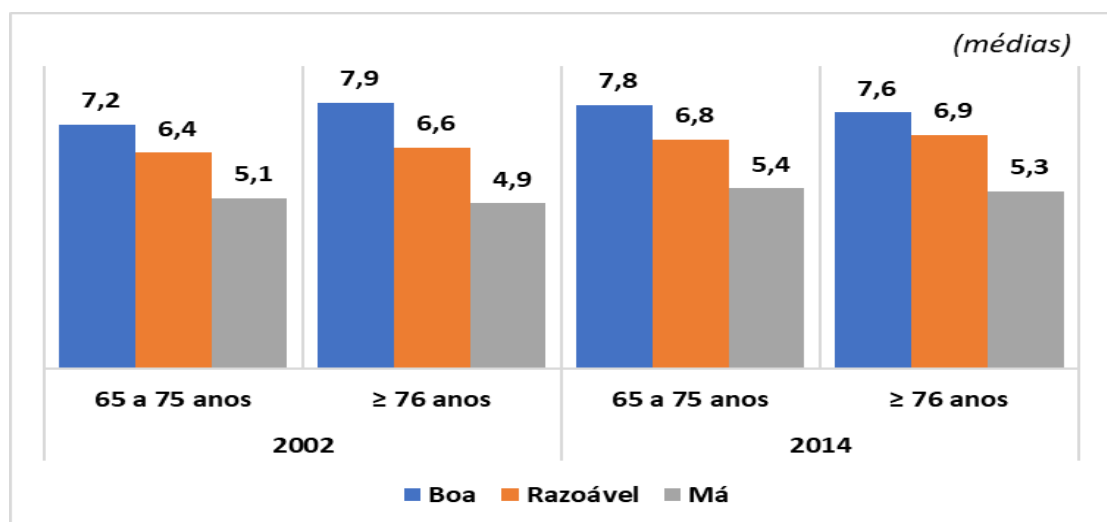


Figura 13 - Felicidade e Saúde geral

Observando a Fig. 13 podemos afirmar que a saúde traz felicidade já que tanto em 2002 como em 2014, os indivíduos das duas faixas etárias que afirmaram ter uma saúde geral boa consideraram-se mais felizes que os dos restantes grupos. No ano 2002 os idosos mais velhos com boa saúde tiveram médias de felicidade mais elevadas que o seu grupo homólogo, já em 2014 baixou um pouco mas continuam muito equiparadas.

3.2.2 Felicidade e Limitações físicas ou mentais/psicológicas

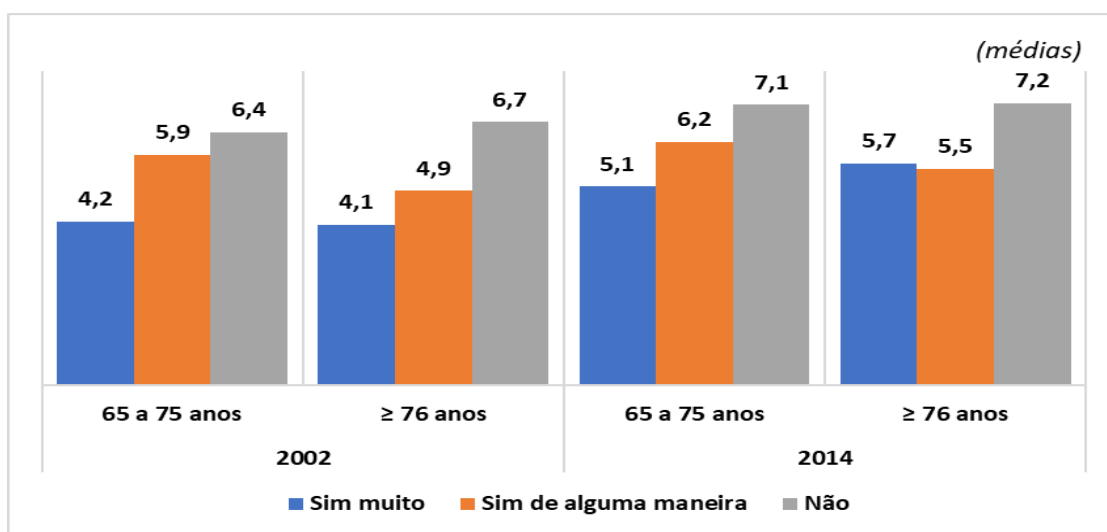


Figura 14 - Felicidade e limitações físicas ou mentais/psicológicas

Na mesma sequência e analisando a Fig. 14 constatamos que os idosos que não sentiam nenhuma limitação, quer física, quer mental/psicológica também sentiram mais felicidade do que os outros.

3.3 Felicidade e Bem-estar

Relativamente à análise da dimensão “bem-estar”, encontramos limitações na base de dados do ESS, visto não haver nenhuma variável susceptível de análise, que se refira directamente ao Bem-estar. Brites (2011) afirma que a “medida indirecta do Bem-estar subjectivo” tem por base os “indicadores sugeridos pela Comissão Stiglitz”, logo na sua investigação foi necessário construir um “Índice de Bem-estar Subjectivo (BES) que, embora com a limitação decorrente do facto de os indicadores disponíveis recobrirem apenas parcialmente as dimensões enunciadas pelos autores, se revelou bastante consistente com a avaliação subjectiva que os inquiridos fizeram da sua satisfação com a vida e do seu grau de felicidade”. Limitados pela falta do índice do BES, no nosso estudo não pudemos caracterizar esta dimensão, no entanto recorremos ao estudo do autor e observamos os resultados da sua análise que se referem à ronda 4 do ESS.

Segundo o autor, no ano 2008, “em Portugal, a distribuição do Bem-estar subjectivo por regiões mostra que o mesmo decresce de Norte - mais elevado - para Sul” e na “análise por sexo e idade observa-se que os homens registam valores mais elevados de BES registando-se o maior gap entre os mais velhos, com as mulheres com mais de 65 anos a registarem o valor mais baixo” (Brites, 2011, p. 201-205).

CAPÍTULO V – Conclusões

1. A felicidade dos mais velhos

No início deste estudo a expectativa que tínhamos sobre a felicidade da população com 65 ou mais anos de idade não era muito elevada. Os resultados demonstraram que, relativamente aos dois anos analisados, a média de felicidade dos idosos pode ser considerada de moderada, já que os inquiridos da amostra se posicionaram nos valores acima do meio da escala que mede a felicidade. Apesar da variação dos valores da felicidade não ter sido muito significativa entre os dois anos, eles aumentaram em 2014, mesmo passando pela fase menos boa em termos económicos que o país viveu, principalmente a partir de 2011.

Não temos termos de comparação com gerações mais jovens, pois não foi nosso intuito estudá-las nem confrontar estes resultados com teorias que sustentam que a velhice é uma fase menos feliz da vida, apenas estudá-la. Efetivamente quando analisamos a felicidade e a variável da idade, que dividimos em dois grupos, os idosos mais novos (65 a 75 anos) apresentaram uma média de felicidade mais elevada que os mais velhos (≥ 76 anos). No entanto, verificamos uma evolução muito agradável de 2002 para 2014, já que o aumento da média da felicidade do grupo dos mais velhos foi superior, embora pouco significativo, ao dos idosos mais novos. Isto leva-nos a ponderar uma série de factores relacionados com esta população. O aumento da esperança média de vida combinada com o avanço da medicina proporciona uma melhor qualidade de vida até idades cada vez mais tardias. A crescente preocupação com o envelhecimento activo, ajuda os idosos a manter uma vida saudável e consequentemente com melhor saúde.

Uma das graves consequências do envelhecimento demográfico, para as nações e para os próprios idosos é a ideia de que estes são uma carga pesada para as sociedades actuais e um “entreve à produção”. Conscientes desta visão retrógrada devemos iniciar com urgência a desconstrução deste julgamento, começando por capacitar a sociedade de “adaptar as suas estruturas sociais e mentais ao curso dos factos.” É indispensável mudar o paradigma que sustenta que o facto de se estar perto da idade da reforma torna o indivíduo pouco atractivo para o mercado de trabalho. (Rosa, 2012, pp. 40-81).

Rosa (2012, p. 40) afirma que, “entre produzir menos e deixar de produzir a distância é grande. Uma larga parte da força produtiva depende de pessoas, pelo que o contributo destas é sempre útil, independentemente da idade.” Ora se à população idosa for oferecido um papel útil na sociedade, integrando-os e dando-lhes condições propícias, criadas por políticas públicas próprias à sua idade, isso aumentará de certo a sua qualidade de vida, traduzindo-se em bem-estar e felicidade.

Analizamos neste estudo a felicidade por regiões e constatamos que em 2002 a região mais feliz do país foi o Norte, seguido por Lisboa e Vale do Tejo e logo depois o Algarve. O Centro do país e o Alentejo perceberam menos felicidade neste ano. Em 2014 as médias de felicidade foram mais elevadas em Lisboa e Vale do Tejo, seguida pelo Alentejo e depois o Centro. O Norte e o Algarve foram as regiões menos felizes em 2014.

No que respeita à diferença das médias de felicidade entre sexos, esta foi mais elevada em 2014 e nos dois anos em estudo as mulheres auto-percepcionaram menor felicidade que os homens. Reparamos também que os indivíduos casados ou a viver em união de facto sentiram mais felicidade do que os solteiros, divorciados, separados ou viúvos.

Em relação à escolaridade dos inquiridos, observamos que os idosos mais escolarizados dizem-se mais felizes e percebeu-se um ligeiro aumento dos idosos com níveis de escolaridade mais elevados no ano 2014 o que provavelmente terá levado ao aumento da média de felicidade nessa categoria.

Verificamos nesta análise a importância que as redes de sociabilidade têm nesta população, quer a nível familiar ou social. Em qualquer dos anos em estudo os idosos que afirmaram viver sozinhos perceberam menos felicidade que os que viviam acompanhados por alguém, que poderia ser o cônjuge, um filho, um neto ou um companheiro de casa. Os que declararam conviver muito frequentemente com familiares, amigos ou colegas de trabalhos, apresentaram médias de felicidade mais elevadas, sobretudo em 2014.

Relativamente à religião, não ser ou não religioso, não compromete a felicidade da população da amostra. Quem afirmou não pertencer a nenhuma religião apresentou-se em 2002 e 2104 mais feliz que o grupo que respondeu sim. Em 2014 a tendência manteve-se e sofreu um ligeiro aumento. A análise do grau de religiosidade revelou que as médias da felicidade aumentaram em 2014 e foram iguais para os pouco ou nada religiosos e para os muito religiosos. Ao contrário de 2002 em que o grupo mais feliz era o grupo dos moderadamente religiosos.

Como corolário da crise, das políticas sociais austeras e do impacto que tiveram nos modos de vida dos idosos e na percepção da sua felicidade e satisfação com a vida, esperava-se uma fragilização significativa na análise da variável dos rendimentos. De facto, ao analisarmos esta variável percebemos que o grupo dos idosos mais felizes são aqueles que afirmaram viver confortavelmente com o rendimento do agregado familiar ao contrário dos que vivem com muitas dificuldades que apresentaram médias de felicidade bastante mais baixas. A tendência manteve-se no ano 2014, mas com uma ligeira subida das médias. É caso para contrariar o velho provérbio português de que «o dinheiro não traz felicidade».

Pretendemos analisar se as médias de felicidade diferiam entre idosos mais novos e mais velhos e percebemos que ambos os grupos apresentaram valores de felicidade muito equivalentes, os mais felizes foram os que tinham boa saúde e não sofriam limitações físicas ou psíquicas, já os menos felizes sofriam de algum tipo de limitação no dia-a-dia, devido a doenças e afirmaram ter uma saúde má. A confirmar esta percepção em estudos como o “Smaile” ter sido divulgado que as consultas da especialidade de psiquiatria aumentaram devido à crise, particularmente nos indivíduos mais velhos e com mais incidência nos homens. A felicidade e a qualidade de vida foi claramente afectada pela falta de saúde.

Síntese Conclusiva:

Concluimos que a população do continente com 65 ou mais anos de idade é moderadamente feliz e registou uma pequena evolução nos valores da felicidade de 2002 para 2014, assim como na satisfação com a vida. Estas duas dimensões apresentaram uma correlação média positiva, ou seja, quanto maior a satisfação com a vida, maior a felicidade e

vice-versa. Nos dois anos os idosos mais novos (65 e 75 anos) foram mais felizes que os mais velhos ≥ 76 anos). Os homens são mais felizes que as mulheres e o maior número de inquiridos mais felizes viviam em 2002 na região do Norte e em 2014 em Lisboa e Vale do Tejo. Os mais escolarizados também se sentiram mais felizes, assim como os casados ou unidos de facto e os que viviam acompanhados por algum familiar ou companheiro (a) de casa. A religião não afectou a percepção da felicidade, apresentando-se tão felizes os muito religiosos como os que afirmaram não ser religiosos. Foram também mais felizes os que apresentaram rendimentos que permitem viver confortavelmente e os que conviviam muito frequentemente com a sua rede de amizade. Os grupos etários mais novos não apresentaram melhores resultados nas médias de felicidade quando declararam ter uma boa saúde geral, pelo contrário, as médias são muito equivalente. Os menos felizes em qualquer das faixas etárias e ano em estudo foram os que apresentaram uma má saúde geral e os que vivem com algum tipo de limitação física, mental e ou psicológica. De 2002 para 2014 a felicidade teve uma ligeira tendência para aumentar em todas categorias e faixas etárias desta dimensão.

2. Propostas de investigação futuras

Percebemos através das variáveis que estudamos sobre o rendimento, que a crise económica que se desenrolou em parte do nosso estudo e as mudanças por si provocadas, não tiveram grande relevância na comparação da felicidade auto-percebida pela população estudada, nos anos de 2002 e 2014. Porém, isso não invalida um estudo mais aprofundado nesta área, alargado a um leque maior da população idosa, recorrendo à análise de outras variáveis relacionadas com as políticas públicas implementadas, decorrentes desse período conturbado do nosso país e suas consequências na felicidade, bem-estar, qualidade de vida e satisfação com a vida desta população.

Outra proposta de investigação futura está relacionada com a “Felicidade pública”, um tema pouco explorado do ponto de vista sociológico, pertinente devido à enorme visibilidade do tema da felicidade e da crescente preocupação por parte dos governos em aumentar os índices de felicidade da população e consequente progresso das nações. A população idosa reveste-se aqui de extrema importância, tendo em conta as previsões do seu crescimento que se antecipa como excessivo, no futuro.

Bibliografia

- Ahmed, S. (2008). *Multiculturalism and the promise of happiness. New formations; Winter 2007/2008*; 63; ProQuest Direct Complete.
Obtido de https://www.mcgill.ca/igsf/files/igsf/Ahmed1_multiculturalism.pdf
- Ahmed, S. (2010). *The promise of happiness*. Londres: Duke University Press.
- Arendt, H. (1988). *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática S.A.
- Blanchflower, D. G. (2008). *Happiness economics*. NBER Reporter Online, National Bureau of Economic Research (NBER), Cambridge, Mass., Iss. 2, pp. 7-10.
Obtido de <http://www.nber.org/reporter/2008number2/blanchflower.html>
- Brites, R. (2011). *Valores e felicidade no Séc. XXI. Um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL.
Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/2948>
- Brites, R. (28 de 12 de 2015). *A Felicidade depois dos 60*. p. 17. Obtido de http://www.asbeiras.pt/Edicao_Diaria/diario.php?Link=728c9d165930656105aeda48401eedb6%2624567%26CLT0%26TMP10000909%2620151228
- Brites, R. (2016). *A felicidade dos séniores*. . VI Jornadas Técnicas Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha . Inatel, 02-04 Março 2016. Foz do Arelho.
- Dantas, A. R. (2012). *A construção social da felicidade*. Lisboa: Edições Colibri.
- Dantas, A. R. (2015). *A felicidade enquanto recurso emocional socialmente desigual: para uma abordagem sociológica do sentir*. Tese de Doutoramento, FCSH-UNL. Obtido de https://run.unl.pt/bitstream/10362/15119/1/TeseDoutoramento_AnaRoqueDantas.pdf
- Diener, E., & Lucas, R. E. (2002). *The science of the happiness and satisfaction*. Em C. S. Lopez (Ed.), *Handbook of Positive Psychology* (pp. 63-73). New York: Oxford University Press.
- Jardim, E. (30 de 07 de 2011). *Resenha de 'Sobre a revolução', de Hannah Arendt*. Brasil.
Obtido de <http://hannaharendt.wordpress.com/2011/07/30/resenha-de-sobre-a-revolucao-de-hannah-arendt/>
- Lousada, P. M. (2016). *O impacto da crise económica e financeira nas principais medidas de protecção social em Portugal*. *RIPS. Revista de Investigaciones Políticas Y Sociológicas*, 15, num. 2, pp. 131-143.

- Obtido de <http://www.usc.es/revistas/index.php/rips/article/viewFile/3490/4058>
- Maslow, A. H. (4 de July de 1943). *Theory of Human Motivation*. (B. College, Ed.) *Psychological Review*, 50, pp. 370-396.
- Pais-Ribeiro, J. (2012). *Felicidade, bem-estar, qualidade de vida e saúde. Psicologia na Actualidade*, 8, pp. 22-31.
- Ramos, A. &. (2016). *Manual do entrevistador*. Obtido de European Social Survey: https://www.europeansocialsurvey.org/docs/round7/fieldwork/portugal/ESS7_field_work_and_interviewer_instructions_PT.pdf
- Rodrigues, C. F., & Figueiras, R. &. (2016). *Introdução ao estudo - Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal, 2009-2014*. FFMS, Lisboa.
- Obtido de <https://www.ffms.pt/FileDownload/79783fb3-9b9f-4ba1-9ee4-473b82834d0c/introducao-ao-estudo-desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>
- Rosa, M. J. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Veenhoven, R. (1984). *Conditions of happiness*, Kluwer Academic. Dordrecht, Boston.
- Obtido de <https://personal.eur.nl/veenhoven/Pub1980s/84a-full.pdf>
- Veenhoven, R. (1991). *Is happiness relative? Social Indicators Research*, 24, pp. 1-34.
- Obtido de <https://personal.eur.nl/veenhoven/Pub1990s/91a-full.pdf>
- Veenhoven, R. (January de 1996). *Developments in satisfaction-research. Social Indicators Research*, pp. 1- 46. doi:10.1007/BF00300286
- Veenhoven, R. (2000). *The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life. Journal of Happiness Studies*, 1, 1-39.
- Obtido de <https://www.researchgate.net/publication/254803698>
- Veenhoven, R. (2007). *Comparability of happiness across nations*. International Meeting of the Psychometric Society (IMPS), International Meeting of the Psychometric Society (IMPS), Japão.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- WHOQOL. (1997). *Measuring quality of life*. WHO/MSA/MNH/PSF/97.4 .
- Obtido de http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf

Anexos

Apêndice I

Tabelas de médias

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Idade	65 a 75 anos	6,2	6,8
	≥ 76 anos	5,9	6,6
	Total	6,1	6,7

Tabela 4 - Felicidade e Idade

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Sexo	Homem	6,4	7,0
	Mulher	5,9	6,5
	Total	6,1	6,7

Tabela 5 - Felicidade e Sexo

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Escolaridade	Nenhum/ 1º Ciclo	5,8	6,5
	2º e 3º Ciclo	7,3	7,1
	Secundário/Superior	5,0	7,4

Tabela 6 - Felicidade e Escolaridade

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Estado civil	Solteiro/Divorciado /Separado/Múvo	5,6	6,2
	Casado/União Facto	6,5	7,1

Tabela 7 - Felicidade e Estado civil

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Region, Portugal	Norte	6,3	6,4
	Centro	5,9	6,6
	Lisboa e Vale do Tejo	6,1	7,3
	Alentejo	5,6	7,1
	Algarve	6,0	6,2

Tabela 8 - Felicidade por Região(NUTSII)

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Com quem vive	Vive com alguém	6,4	7,1
	Vive só	5,6	6,1

Tabela 9 - Rede Familiar

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Sociabilidade	Ocasionalmente	5,2	5,9
	Frequentemente	6,2	6,4
	Muito	6,4	7,0
	Frequentemente		

Tabela 10 - Sociabilidade

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Pertence a alguma religião em particular	Sim	6,0	6,6
	Não	6,6	7,3

Tabela 11 - Felicidade e Religiosidade

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Grau de Religiosidade	Nada/pouco religioso	5,9	6,8
	Moderadamente religioso	6,2	6,5
	Muito religioso	6,1	6,8

Tabela 12 - Felicidade e Grau de Religiosidade

		Grau de Felicidade	
		2002	2014
Rendimento subjectivo do agregado	Dá para viver confortavelmente	7,7	8,0
	Dá para viver com dificuldades	5,8	6,1
	Dá para viver com muitas	5,0	5,9

Tabela 13- Felicidade e Pertence a alguma religião

		Ronda 1 e 7	
		2002	2014
Grau de Felicidade		6,1	6,7
Satisfação com a vida		5,4	5,6

Tabela 14 - Felicidade e Grau de religiosidade

		Grau de Felicidade			
		2002		2014	
		65 a 75 anos	> 76 anos	65 a 75 anos	> 76 anos
Saúde Geral	Boa	7,2	7,9	7,8	7,6
	Razoável	6,4	6,6	6,8	6,9
	Má	5,1	4,9	5,4	5,3

Tabela 15 - Felicidade e Estado Geral da Saúde

		Grau de Felicidade			
		2002		2014	
		Idade		Idade	
		65 a 75 anos	≥76 anos	65 a 75 anos	≥76 anos
Está de alguma maneira limitado por doença física, mental ou psíquica	Sim muito	4,2	4,1	5,1	5,7
	Sim de alguma maneira	5,9	4,9	6,2	5,5
	Não	6,4	6,7	7,1	7,2

Tabela 16 - Felicidade e Limitações físicas ou mentais/psicológicas

Apêndice II

Links dos questionários do European Social Survey, 2002/2014 (ronda 1 e 7)

http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round1/fieldwork/portugal/ESS1_questionnaires_PT.pdf

http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round7/fieldwork/portugal/ESS7_questionnaires_PT.pdf

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT